

Contexto operacional

A Guararapes Confecções S.A. (“Companhia”) constituída em 6 de outubro de 1956, é uma sociedade anônima de capital aberto com sede no Distrito Industrial de Natal – Estado do Rio Grande do Norte, registrada na B3 S.A. – Brasil Bolsa Balcão. A Companhia tem como objeto social:

- Indústria têxtil em geral;
- Indústria de confecções de roupas e de tecidos em geral, sua comercialização por atacado e a varejo, e exportação;
- Importação e comercialização, por atacado, de confecções e tecidos, produtos de perfumaria e esportivos, calçados, roupas de cama, mesa e banho, brinquedos, relógios e cronômetros.

A Guararapes Confecções S.A. produz uma variedade de confecções e vende 100% de sua produção para a sua controlada Lojas Riachuelo. O Grupo opera com uma cadeia de pontos de varejo para a comercialização de confecções em geral, artigos de uso pessoal e quaisquer outros correlatos. As vendas dos produtos são reconhecidas quando uma entidade do Grupo vende um produto para o cliente. As vendas no varejo são, geralmente, realizadas em dinheiro ou por meio de cartão de crédito, nas próprias lojas.

A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pelo Conselho de Administração, em 26 de fevereiro de 2018.

2 Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicados na preparação dessas demonstrações financeiras estão definidas abaixo e foram aplicadas de modo consistentes nos exercícios apresentados.

2.1 Base de Preparação

As demonstrações financeiras da Controladora e das Controladas foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas internacionais de relatório financeiro *International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

As demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2017, foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, exceto quanto a determinados ativos e passivos financeiros mensurados a valor justo.

A Administração da Companhia afirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas, e que correspondem às utilizadas por ela na sua gestão.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração do Grupo (composta da Controladora e suas controladas) no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras consolidadas, estão divulgadas na Nota 3.

Nas demonstrações financeiras individuais da Companhia, as controladas são contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial. Os mesmos ajustes são feitos tanto nas demonstrações financeiras individuais quanto nas demonstrações financeiras consolidadas para chegar ao mesmo resultado e patrimônio líquido atribuíveis aos acionistas da Controladora.

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), individual e consolidada, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações contábeis.

2.2 Reapresentação

A Companhia optou pela reapresentação de alguns números de 2016, devido a valores conciliados durante o exercício de 2017 na controlada Midway S.A. Crédito, Financiamento e Investimento, assim como revisão da composição do Imposto de Renda Diferido na Controladora, registrados nas rubricas de “Apresentação de Informações por Segmentos”, “Investimentos”, “Instrumentos financeiros por categoria”, “Contas a Receber de Clientes”, “Tributos a recuperar”, “Salário, provisões e contribuições sociais”, “Obrigações com Administradores de Cartões”, “Imposto de Renda e Contribuição Social”, “Patrimônio Líquido” e “Partes relacionadas” - Notas 5, 7, 8, 13, 15, 23, 24, 26, 27 e 28 - uma vez que se referiam a transações correspondentes a exercícios anteriores.

Ativo – Controladora

Ativo	Nota nº	Publicado 31/12/2016	Ajuste	Reapresentado 31/12/2016
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa		226	-	226
Títulos e valores mobiliários		10.197	-	10.197
Contas a receber de clientes		357.718	-	357.718
Partes relacionadas		10.912	-	10.912
Estoques		161.205	-	161.205
Tributos a recuperar		108.907	-	108.907
Outros ativos circulantes		27.136	-	27.136
		676.301	-	676.301
Não circulante				
Tributos a recuperar		15.191	-	15.191
Depósitos judiciais		6.081	-	6.081
Outros ativos não circulantes		1.029	-	1.029
		22.301	-	22.301
Investimentos	7	2.919.805	(25.274)	2.894.531
Imobilizado		585.781	-	585.781
Intangível		116	-	116
		3.528.003	(25.274)	3.502.729
Total do ativo		4.204.304	(25.274)	4.179.030

Ativo – Consolidado

Ativo	Nota nº	Publicado 31/12/2016	Ajuste	Reapresentado 31/12/2016
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa		616.363	-	616.363
Títulos e valores mobiliários		336.951	-	336.951
Contas a receber de clientes	13	2.750.165	(41.840)	2.708.325
Estoques		662.271	-	662.271
Tributos a recuperar	15	347.493	(100.743)	246.750
Outros ativos circulantes		63.194	-	63.194
		<u>4.776.437</u>	<u>(142.583)</u>	<u>4.633.854</u>
Não circulante				
Imposto de renda e contribuição social diferidos	26	510.409	(16.444)	493.965
Tributos a recuperar		117.515	-	117.515
Depósitos judiciais		17.294	-	17.294
Outros ativos não circulantes		1.042	-	1.042
		<u>646.260</u>	<u>(16.444)</u>	<u>629.816</u>
Propriedades para investimento		192.131	-	192.131
Imobilizado		1.993.129	-	1.993.129
Intangível		112.805	-	112.805
		<u>2.944.325</u>	<u>(16.444)</u>	<u>2.927.881</u>
Total do ativo		<u><u>7.720.762</u></u>	<u><u>(159.027)</u></u>	<u><u>7.561.735</u></u>

Passivo e Patrimônio Líquido - Controladora

Passivo e patrimônio líquido	Nota nº	Publicado 31/12/2016	Ajuste	Reapresentado 31/12/2016
Circulante				
Fornecedores		43.440	-	43.440
Empréstimos e financiamentos		3.881	-	3.881
Certificados de recebíveis imobiliários		34.978	-	34.978
Salários, provisões e contribuições sociais		28.000	-	28.000
Imposto de renda e contribuição social		966	-	966
Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços – ICMS		10.068	-	10.068
Dividendos a pagar		256	-	256
Juros sobre capital próprio a pagar		79.250	-	79.250
Outros passivos circulantes		7.751	-	7.751
		208.590	-	208.590
Não circulante				
Provisão para riscos trabalhistas, fiscais e cíveis		6.436	-	6.436
Empréstimos e financiamentos		4.772	-	4.772
Certificados de recebíveis imobiliários		120.000	-	120.000
Empréstimos com partes relacionadas		217.084	-	217.084
Imposto de renda e contribuição social diferidos	26	28.570	16.444	45.014
Outros passivos não circulantes		2.503	-	2.503
		379.365	16.444	395.809
Total do passivo		587.955	16.444	604.399
Patrimônio líquido				
Capital social		3.100.000	-	3.100.000
Ajustes de avaliação patrimonial				
Reserva de custo atribuído				
Ajuste de avaliação patrimonial		146.754	-	146.754
Reservas de lucros		369.596	(41.719)	327.877
Total do patrimônio líquido	27	3.616.350	(41.719)	3.574.631
Total do passivo e patrimônio líquido		4.204.305	(25.275)	4.179.030

Passivo e Patrimônio Líquido - Consolidado

Passivo e patrimônio líquido	Nota nº	Publicado 31/12/2016	Ajuste	Reapresentado 31/12/2016
Circulante				
Fornecedores		379.403	-	379.403
Fornecedores - "Confirming"		74.481	-	74.481
Empréstimos e financiamentos		828.547	-	828.547
Debêntures		67.993	-	67.993
Certificados de recebíveis imobiliários		34.978	-	34.978
Instrumentos financeiros derivativos		152.174	-	152.174
Salários, provisões e contribuições sociais	23	253.696	896	254.592
Imposto de renda e contribuição social	26	182.203	(100.743)	81.460
Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços – ICMS		158.103	-	158.103
Dividendos a pagar		256	-	256
Juros sobre capital próprio a pagar		79.250	-	79.250
Obrigações com administradoras de cartões	24	685.566	13.086	698.652
Outros passivos circulantes		148.661	(30.547)	118.114
		3.045.311	(117.308)	2.928.003
Não circulante				
Provisão para riscos trabalhistas, fiscais e cíveis		176.185	-	176.185
Empréstimos e financiamentos		405.791	-	405.791
Debêntures		133.333	-	133.333
Certificados de recebíveis imobiliários		120.000	-	120.000
Empréstimos com partes relacionadas		217.084	-	217.084
Outros passivos não circulantes		6.708	-	6.708
		1.059.101	-	1.059.101
Total do passivo		4.104.412	(117.308)	3.987.104
Patrimônio líquido				
Capital social		3.100.000	-	3.100.000
Ajustes de avaliação patrimonial				
Reserva de custo atribuído				
Ajuste de avaliação patrimonial		146.754	-	146.754
Reservas de lucros		369.596	(41.719)	327.877
Total do patrimônio líquido	27	3.616.350	(41.719)	3.574.631
Total do passivo e patrimônio líquido		7.720.762	(159.027)	7.561.735

Demonstrativo de Fluxo de Caixa – Controladora

	Nota nº	2016	Ajuste	2016
		Publicado		Reapresentado
Fluxos de caixa das atividades operacionais				
Lucro líquido do exercício		317.551	-	317.551
Ajustes de				
Resultado de equivalência patrimonial		43.425	-	43.425
Depreciação e amortização		27.406	-	27.406
Lucro da alienação de imobilizado		(320)	-	(320)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		(14.208)	-	(14.208)
Provisão para riscos trabalhistas, fiscais e cíveis		3.435	-	3.435
Dividendos e juros sobre capital próprio prescritos		(529)	-	(529)
Juros e variações monetárias e cambiais		34.349	-	34.349
Juros de títulos e valores mobiliários		(4.237)	-	(4.237)
		406.872	-	406.872
Variações no capital circulante				
Contas a receber de clientes		(362.959)	-	(362.959)
Partes relacionadas	28	41.963	(37.329)	4.634
Estoques		3.720	-	3.720
Tributos a recuperar		(114.319)	-	(114.319)
Outros ativos		(23.773)	-	(23.773)
Depósitos judiciais e outros		(1.284)	-	(1.284)
Fornecedores		5.950	-	5.950
Salários, provisões e contribuições sociais		10.457	-	10.457
Imposto de renda e contribuição social		12.831	-	12.831
Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços – ICMS		5.580	-	5.580
Outros passivos		1.974	-	1.974
Caixa aplicados nas atividades operações		(419.860)	(37.329)	(457.189)
Juros pagos		(790)	-	(790)
Provisão para riscos trabalhistas, fiscais e cíveis pagos		(3.173)	-	(3.173)
Imposto de renda e contribuição social pagos		(13.750)	-	(13.750)
Imposto de renda na fonte do juros sobre capital proprio pagos		(13.129)	-	(13.129)
Caixa líquido aplicados nas atividades operacionais		(43.830)	(37.329)	(81.159)
Fluxos de caixa das atividades de investimentos				
Aquisição de títulos e valores mobiliários		(304.689)	-	(304.689)
Resgate de títulos e valores mobiliários		314.769	-	314.769
Adição ao imobilizado		(24.650)	-	(24.650)
Adição ao intangível		(31)	-	(31)
Recebimento de dividendos e lucros das investidas	28	10.685	37.329	48.014
Recebimento pela venda de imobilizado		533	-	533
Caixa líquido (aplicado nas) gerados atividades de investimentos		(3.383)	37.329	33.946
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos				
Empréstimos mutuo diretores		(467)	-	(467)
Juros sobre capital proprio pagos		(116.033)	-	(116.033)
Captação de empréstimos e financiamento		1.035	-	1.035
Captação de CRI		146.220	-	146.220
Amortização de empréstimos e financiamento		(5.575)	-	(5.575)
Captação de empréstimos com partes relacionadas		26.363	-	26.363
Amortização de empréstimos com partes relacionadas		(4.315)	-	(4.315)
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamentos		47.228	-	47.228
Aumento de caixa e equivalentes de caixa, líquidos		15	-	15
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		211	-	211
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		226	-	226

Demonstrativo de Fluxo de Caixa – Consolidado

Nota nº	Consolidado		
	2016	2016	2016
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Lucro líquido do exercício	317.551	-	317.551
Ajustes de			
Constituição (reversão) de provisão para créditos de liquidação duvidosa	(7.195)	-	(7.195)
Resultado de equivalência patrimonial	-	-	-
Depreciação e amortização	286.062	-	286.062
Lucro da alienação de imobilizado	(2.084)	-	(2.084)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(190.576)	-	(190.576)
Provisão para perdas de inventário	(10.368)	-	(10.368)
Provisão para desvalorização de investimentos	208	-	208
Provisão para riscos trabalhistas, fiscais e cíveis	87.607	-	87.607
Dividendos e juros sobre capital próprio prescritos	(529)	-	(529)
Juros e variações monetárias e cambiais	263.663	-	263.663
Juros de títulos e valores mobiliários	(34.073)	-	(34.073)
	710.266	-	710.266
Variações no capital circulante			
Contas a receber de clientes	(244.418)	-	(244.418)
Estoques	92.985	-	92.985
Tributos a recuperar	(191.437)	20.715	(170.722)
Outros ativos	17.613	-	17.613
Depósitos judiciais e outros	(3.043)	-	(3.043)
Fornecedores	(123.044)	-	(123.044)
Fornecedores - "Confirming"	74.481	-	74.481
Salários, provisões e contribuições sociais	41.554	-	41.554
Imposto de renda e contribuição social	209.147	-	209.147
Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços – ICMS	25.392	-	25.392
Obrigações com administradoras de cartões	51.535	13.086	64.621
Outros passivos	67.258	(13.086)	54.172
Caixa gerado pelas atividades operações	18.023	20.715	38.738
Juros pagos	(55.657)	-	(55.657)
Provisão para riscos trabalhistas, fiscais e cíveis pagos	(14.131)	-	(14.131)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(227.946)	(20.715)	(248.661)
Imposto de renda na fonte do juros sobre capital proprio pagos	(13.129)	-	(13.129)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	417.426	-	417.426
Fluxos de caixa das atividades de investimentos			
Aquisição de títulos e valores mobiliários	(308.094)	-	(308.094)
Resgate de títulos e valores mobiliários	227.127	-	227.127
Adição ao imobilizado	(178.046)	-	(178.046)
Adição ao intangível	(36.377)	-	(36.377)
Recebimento pela venda de imobilizado	16.481	-	16.481
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	(278.909)	-	(278.909)
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos			
Empréstimos mutuo diretores	(467)	-	(467)
Juros sobre capital proprio pagos	(116.033)	-	(116.033)
Captação de empréstimos e financiamento	717.326	-	717.326
Captação de CRI	146.220	-	146.220
Captação de debêntures	200.000	-	200.000
Amortização de empréstimos e financiamento	(858.603)	-	(858.603)
Captação de empréstimos com partes relacionadas	26.363	-	26.363
Amortização de empréstimos com partes relacionadas	(4.315)	-	(4.315)
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamentos	110.491	-	110.491
Aumento de caixa e equivalentes de caixa, líquidos	249.008	-	249.008
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	367.355	-	367.355
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	616.363	-	616.363

2.3 Consolidação

A Companhia consolida todas as entidades sobre as quais detém o controle, isto é, quando está exposta ou tem direito a retornos variáveis de seu envolvimento com a investida e tem capacidade de dirigir as atividades relevantes da investida.

As empresas controladas incluídas na consolidação estão descritas na Nota 6.

3 Estimativas e julgamentos contábeis críticos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

3.1 Estimativas e premissas contábeis críticas

Com base em premissas, o Grupo faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas a seguir.

a) Redução dos valores de recuperação dos ativos

A cada encerramento do exercício, a Companhia e as suas controladas revisam os saldos dos ativos intangíveis e imobilizados, avaliando a existência de indicativos de que esses ativos tenham sofrido redução em seus valores de recuperação (valor em uso). Na existência de tais indicativos, a Administração efetua uma análise detalhada do valor recuperável para cada ativo por meio do cálculo do fluxo de caixa futuro individual descontado a valor presente, ajustando o saldo do respectivo ativo, se necessário.

b) Provisão para perdas de inventário

A provisão para perdas dos estoques é estimada com base no percentual de histórico de perdas na execução do inventário físico de lojas e centros de distribuições, além de considerar produtos com giro lento ou não vendáveis.

c) Provisão para créditos de liquidação duvidosa

A Administração avalia periodicamente a provisão para créditos de liquidação duvidosa, considerando, principalmente, a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos e globais da carteira, com relação às operações de cartão de crédito próprio, de terceiros e de outros valores a receber. Adicionalmente, também são considerados os períodos de atraso para atribuição dos níveis de provisão aos clientes devedores.

c.1) Aspectos específicos para a controlada indireta Midway Financeira

Quanto à avaliação de risco de crédito, os procedimentos praticados encontram-se aderentes às normas estabelecidas pelo BACEN, conforme disposições da Resolução 2.682, de 21 de dezembro de 1999. Basicamente, as operações são classificadas por nível de risco, inicialmente na faixa referente ao nível de risco “A”, podendo evoluir para as faixas de maior risco, cujo limite é a faixa “H”, em função, especialmente, da decorrência de tempo de atraso dos clientes.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que já estavam classificadas anteriormente. As renegociações de operações de crédito que já haviam sido baixadas contra a provisão, e que estavam em contas de compensação, são classificadas como nível “H” e os eventuais ganhos provenientes da renegociação somente são reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos.

Para fins das demonstrações financeiras segundo as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), a Administração procedeu ao complemento da provisão para créditos de liquidação duvidosa, com base em estudo técnico de acompanhamento da Carteira de Crédito, resultando em um acréscimo em 2017 no montante de R\$ 40.359 (R\$ 61.810 em 2016), em relação aos percentuais mínimos requeridos pelo Banco Central.

d) Provisão para riscos trabalhistas, fiscais e cíveis

A Companhia e suas controladas diretas e indiretas são partes de diversos processos judiciais e administrativos, como descrito na Nota 25. Provisões são constituídas para todos os processos judiciais que representam perdas prováveis estimadas com certo grau de segurança. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos.

A Administração acredita que essas provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas estão corretamente apresentadas nas demonstrações financeiras e são suficientes para cobrir possíveis perdas.

e) Impostos diferidos

Os ativos fiscais diferidos são calculados com base em estudo sobre a expectativa de realização do lucro tributável futuro, lucro este trazido a valor presente e deduzido de todas as diferenças temporárias. Esse estudo é anualmente revisado e aprovado pela Administração. As projeções dos resultados futuros consideram as principais variáveis de desempenho da economia brasileira, o volume e o preço das vendas e as alíquotas dos tributos.

f) Benefícios fiscais de ICMS

Conforme descrito na Nota 27.3, a Companhia possui incentivos fiscais de ICMS concedidos pelos governos estaduais do Rio Grande do Norte e do Ceará. O Supremo Tribunal Federal (STF) proferiu decisões em Ações Diretas, declarando a inconstitucionalidade de diversas leis estaduais que concederam benefícios fiscais de ICMS sem prévio convênio entre os Estados.

Embora não possua incentivos fiscais de ICMS julgados pelo STF, a Companhia vem acompanhando, com seus assessores legais, a evolução dessa questão nos tribunais para determinar eventuais impactos em suas operações e consequentes reflexos nas demonstrações financeiras.

g) Valor justo de derivativos e outros instrumentos financeiros

O valor justo de instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. O Grupo usa seu julgamento para escolher diversos métodos e definir premissas que se baseiam principalmente nas condições de mercado existentes na data do balanço.

h) Vida útil do imobilizado

A depreciação do imobilizado é calculada usando o método linear considerando os seus custos e seus valores residuais durante a vida útil estimada. Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

4 Gestão de risco financeiro

4.1 Fatores de risco financeiro

As atividades do Grupo o expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco de moeda, risco de taxa de juros de valor justo, risco de taxa de juros de fluxo de caixa e risco de preço), risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco global do Grupo concentra-se na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro do Grupo.

A gestão de risco é realizada pela tesouraria central do Grupo, segundo as políticas aprovadas pelo Conselho de Administração. A tesouraria do Grupo identifica, avalia e protege a Companhia contra eventuais riscos financeiros em cooperação com as unidades operacionais do Grupo. O Conselho de Administração estabelece princípios, por escrito, para a gestão de risco global, bem como para áreas específicas, como risco cambial, risco de taxa de juros, risco de crédito, uso de instrumentos financeiros derivativos e não derivativos e investimento de excedentes de caixa.

(a) Risco de mercado

(i) Risco cambial

O risco cambial da Companhia provém, basicamente, da importação de produtos para revenda. Para as operações em moeda estrangeira relacionadas com o seu ciclo operacional, a Companhia não adota nenhum mecanismo de proteção a possíveis variações cambiais considerando: (i) curto prazo de pagamento que, em média, é de 60 dias; e (ii) baixo volume de importação, onde uma maxi valorização do dólar norte-americano significaria uma redução das margens desses produtos.

Em 2015 e 2016 as Controladas Lojas Riachuelo e Midway Financeira adquiriram empréstimos em moeda estrangeira para fins de capital de giro, que em 31 de dezembro 2017 encontram-se quitados. Para proteger as exposições cambiais relacionadas a esses empréstimos durante sua vigência a Companhia havia contratado operações com instrumentos financeiros e derivativos do tipo “swap”, conforme descrito na Nota 12.

A análise de sensibilidade requerida Instrução CVM nº 475/08 foi determinada com base na exposição a variações de cotação no dólar norte-americano convertidos a cotações projetadas para o exercício 2018, com base nos relatórios de inflação divulgados pelo Banco Central do Brasil – Focus – Relatório de mercado em 09 de fevereiro de 2018. Em relação aos cenários foram utilizadas as mesmas premissas da gestão de risco da taxa de juros acima mencionada.

A Administração da Companhia não considera a possibilidade de variações significativas nas taxas de câmbio.

Taxa	Cenários negativos		Cenário Provável	Cenários positivos	
	Remoto I (-50%)	Possível I (-25%)		Possível II (+25%)	Remoto II (+50%)
US\$	1,64	2,46	3,28	4,10	4,92

CONSOLIDADO

Operação	Moeda	Cenário contábil	Cenários negativos		Cenário Provável	Cenários positivos	
			Remoto I (-50%)	Possível I (-25%)		Possível II (+25%)	Remoto II (+50%)
Passivos:							
Fornecedores - Estrangeiros	3,29	48.399	(24.273)	(12.210)	(147)	11.916	23.979
Resultado:							
Variação cambial ativa			(24.273)	(12.210)	(147)	-	-
Variação cambial passiva			-	-	-	11.916	23.979
Impacto no Resultado			(24.273)	(12.210)	(147)	11.916	23.979

(ii) Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado com taxa de juros

A Companhia e suas controladas diretas e indiretas podem incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros, que aumentem as despesas financeiras relativas aos passivos financeiros praticados, captados junto ao mercado.

Em relação às aplicações financeiras mantidas pela Companhia e suas controladas diretas e indiretas, as mesmas possuem condições de contratação atuais semelhantes àquelas em que as mesmas se originaram e, portanto, os valores registrados estão próximos aos valores de mercado. Essas aplicações financeiras foram consideradas como equivalentes de caixa e também como títulos e valores mobiliários, sendo neste caso classificadas como ativos financeiros disponíveis para venda.

A análise de sensibilidade foi desenvolvida conforme Instrução CVM nº 475/08, considerando a exposição à

variação da TJLP, principal indexador dos empréstimos contratados pela Companhia e pelas aplicações financeiras. Na elaboração dessa análise, a Companhia adotou as seguintes premissas:

- Identificação dos riscos de mercado.
- Definição do cenário provável do comportamento de risco (Cenário I).
- Definição de dois cenários com deterioração de, pelo menos, 25% e 50% na variação de risco (Cenário II e Cenário III, respectivamente).
- Apresentação do impacto dos cenários definidos.

A Companhia mantém parte substancial de equivalente de caixa e títulos e valores mobiliários indexados a variação do CDI. A expectativa de mercado, conforme obtidos do relatório de inflação do Banco Central do Brasil, emitido em 09 de fevereiro de 2018, indica uma taxa efetiva da SELIC em 6,64%, cenário provável para 2018.

Operação	Risco	Taxa Projetada	Cenário contábil	Cenários negativos		Cenário Provável	Cenários positivos	
				Remoto I (-50%)	Possível I (-25%)		Possível II (+25%)	Remoto II (+50%)
Ativos:								
Títulos e valores mobiliários	CDI	6,64%	155.927	1.263	1.895	2.526	3.158	3.789
Títulos e valores mobiliários	SELIC	6,65%	372.037	3.018	4.527	6.037	7.546	9.055
Total			527.964	4.281	6.422	8.563	10.704	12.844
Passivos:								
Empréstimos - TJLP	TJLP	6,75%	362.024	2.980	4.470	5.960	7.450	8.941
Empréstimos - CDI	CDI	6,64%	91.304	740	1.109	1.479	1.849	2.219
Financiamento de ativo fixo (*)	-	4,50%	-	-	-	-	-	-
Financiamento de ativo fixo (*)	-	5,00%	213	1	2	3	3	4
Financiamento de ativo fixo (*)	-	5,50%	5.660	38	57	76	95	114
Financiamento de ativo fixo (*)	-	3,00%	30.727	114	171	228	285	342
Financiamento de ativo fixo (*)	-	3,50%	15.345	66	99	133	166	199
Financiamento de ativo fixo (*)	-	4,00%	1.342	7	10	13	17	20
Outros empréstimos e financiamentos	-	2,90%	198	1	1	1	2	2
Debêntures	CDI	7,87%	659.477	6.303	9.455	12.606	15.758	18.910
Total			1.166.290	10.250	15.374	20.499	25.627	30.752
(*) Operações pré-fixadas não sujeitas a variações de índices								
Resultado:								
Receitas de aplicações financeiras				4.281	6.422	8.563	10.704	12.844
Despesa de juros sobre empréstimos e financiamentos				(10.250)	(15.374)	(20.499)	(25.627)	(30.752)
Impacto no Resultado				(5.969)	(8.952)	(11.936)	(14.923)	(17.909)

(b) Risco de crédito

As atividades da Companhia compreendem a comercialização de confecções em geral, os artigos de uso pessoal e quaisquer outros correlatos. O principal fator de risco de mercado que afeta o negócio é a concessão de crédito aos clientes. Para minimizar as possíveis perdas com inadimplência de seus clientes, a Companhia e sua controlada indireta Midway Financeira adotam uma política de gestão rigorosa na concessão de crédito, consistindo em análises criteriosas do perfil dos clientes, bem como monitoramento tempestivo dos saldos a receber.

A Companhia, após avaliar a carteira de clientes - Terceiros, apresenta saldo de provisão para créditos de liquidação duvidosa no montante de R\$ 1.256 (R\$ 100 em 31 de dezembro de 2016), para cobrir os riscos de crédito vencidos há mais de 180 dias.

A Midway Financeira, que detém os saldos a receber de clientes, apresenta saldo de provisão para créditos de liquidação duvidosa no montante de R\$ 654.735 (R\$ 636.563 em 31 de dezembro de 2016), para cobrir os riscos de crédito.

A controlada Midway Shopping Center Ltda. constitui uma provisão para as prováveis perdas nas cobranças de aluguéis das lojas com vencimentos superiores há 90 dias no valor de R\$ 1.194 (R\$ 1.108 em

31 de dezembro de 2016). Todos os inadimplentes acima de 90 dias, cujas as negociações amigáveis foram concluídas, estão sendo cobrados através de ações judiciais com os riscos de despejos.

Não foi ultrapassado nenhum limite de crédito durante o exercício, e a Administração não espera nenhuma perda decorrente de inadimplência dessas contrapartes superior ao valor já provisionado.

(c) Risco de liquidez

A Administração monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Companhia para assegurar que se tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. Essas previsões levam em consideração os planos de financiamento da dívida do Grupo, cumprimento de cláusulas, cumprimento das metas internas do quociente do balanço patrimonial e, se aplicável, exigências regulatórias externas ou legais - por exemplo, restrições de moeda.

Em virtude da dinâmica de seus negócios, a Companhia e sua controlada indireta Midway Financeira mantêm flexibilidade na captação de recursos, mediante manutenção de linhas de crédito bancárias, com algumas instituições.

O excesso de caixa mantido pelas entidades operacionais, além do saldo exigido para administração do capital circulante, é transferido para a Tesouraria do Grupo. A Tesouraria localiza-se em São Paulo e investe o excesso de caixa em contas bancárias com incidência de juros, depósitos a prazo, depósitos de curto prazo e títulos e valores mobiliários, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem suficiente conforme determinado pelas previsões acima mencionadas. Na data do balanço, o Grupo mantinha ativos líquidos de R\$ 155.927 (2016 - R\$ 519.112) conforme Nota 10, que se espera gerem prontamente entradas de caixa para administrar o risco de liquidez.

A tabela a seguir demonstra em detalhes o vencimento dos passivos financeiros contratados:

Operação	Valor Contábil	Controladora			Total
		Até 1 ano	2 anos	De 3 a 5 anos	
Fornecedores	52.508	52.508	-	-	52.508
Empréstimos e Financiamentos	5.029	3.192	2.036	71	5.299
Certificados de recebíveis imobiliários	133.396	32.772	76.446	45.844	155.062
Partes relacionadas	253.611		253.611	-	253.611
	<u>444.544</u>	<u>88.472</u>	<u>332.093</u>	<u>45.915</u>	<u>466.480</u>

Operação	Valor Contábil	Consolidado			Total
		Até 1 ano	2 anos	De 3 a 5 anos	
Fornecedores	451.957	451.957	-	-	451.957
Fornecedores - "Confirming"	72.395	72.395	-	-	72.395
Empréstimos e Financiamentos	506.813	259.997	230.099	78.904	569.000
Certificados de recebíveis imobiliários	133.396	32.772	76.446	45.844	155.062
Debêntures	659.477	372.536	321.716	-	694.252
Partes relacionadas	253.611		253.611	-	253.611
	<u>2.077.649</u>	<u>1.189.657</u>	<u>881.872</u>	<u>124.748</u>	<u>2.196.277</u>

Com base nas análises da Administração, não são esperadas oscilações significativas nos fluxos de caixa do Grupo, que possam impactar em alterações de prazos e/ou valores.

(d) Linhas de financiamento

	Consolidado	
	2017	2016
Saldos bancários a descoberto assegurado:		
Utilizado	1.528.366	620.655
Não utilizado	1.441.728	1.172.925
Saldos do BNDES a descoberto assegurado:		
Utilizado	908.429	1.168.404
Não utilizado	361.452	368.618

4.2 Gestão de capital

Os objetivos do Grupo ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade do Grupo para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Para manter ou ajustar a estrutura de capital do Grupo, a Administração pode, ou propõe, nos casos em que os acionistas têm de aprovar, rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento.

Condizente com outras Companhias do setor, o Grupo monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida expressa como percentual do capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado, com a dívida líquida.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2017, houve uma redução de 6% do índice de alavancagem financeira se comparado ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, motivado pela troca de empréstimos e financiamentos por nova emissão de debêntures ocorrida no exercício de 2017, alongando o prazo das dívidas, e redução do saldo devedor dos empréstimos, associado a quitação dos empréstimos em moeda estrangeira adquiridos em períodos anteriores pelas controladas.

Os índices de alavancagem financeira em 31 de dezembro de 2017 e de 2016 podem ser assim sumariados:

	Consolidado	
	(Reapresentado)	
	2017	2016
Total dos empréstimos e financiamentos (Nota 20)	506.813	1.234.338
Instrumentos financeiros derivativos (Nota 12)	-	152.174
Debêntures (Nota 21)	659.477	201.326
Certificados de recebíveis imobiliários (Nota 22)	133.396	154.978
Empréstimos com partes relacionadas (Nota 28)	253.611	217.084
Menos: Caixa e equivalentes de caixa (Nota 10)	(410.287)	(616.363)
Menos: Títulos e valores mobiliários (Nota 11)	(372.037)	(336.951)
Dívida líquida	770.974	1.006.586
Total do patrimônio líquido	4.025.042	3.574.631
Total do capital	4.796.016	4.581.217
Índice de alavancagem financeira - %	16	22

A gestão de capital não é conduzida no nível da Controladora, somente no nível consolidado.

4.3 Estimativa do valor justo

Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes e contas a pagar aos fornecedores pelo valor

As informações por segmentos operacionais são apresentadas de modo consistente com o relatório interno fornecido para o principal tomador de decisões operacionais. O principal tomador de decisões operacionais, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais, é a Diretoria-Executiva representada pelo Diretor Presidente, também responsável pela tomada das decisões estratégicas do Grupo. Os segmentos operacionais mais significativos que o Grupo usa para as tomadas de decisões são Varejo e Financeira, conforme descrito a seguir.

Informações por segmento de negócios

O Grupo está amparado nos segmentos denominados “Varejo” e “Financeira”, através de relatórios e controles internos gerenciais, com informações segregadas sobre receitas, despesas e investimentos. Os relatórios são revistos periodicamente pelo Conselho de Administração para avaliação de desempenho e definição sobre alocação de recursos e/ou investimentos.

A Administração do Grupo avalia o desempenho dos segmentos operacionais com base no EBITDA ajustado. Essa base de mensuração exclui os efeitos de gastos não recorrentes de segmentos operacionais (quando aplicável), como custos de reestruturação e despesas legais. A mensuração também exclui os efeitos de ganhos ou perdas não realizados sobre instrumentos financeiros. Receitas e despesas de juros não são alocadas aos segmentos, pelo fato destas atividades serem gerenciadas pela tesouraria central, a qual gerencia a posição de caixa do Grupo.

O segmento “Varejo” corresponde ao negócio de revenda de mercadorias realizada pela rede de lojas nas principais cidades do País.

O segmento “Financeiro” corresponde às operações de crédito ao consumidor, executadas por meio do cartão “Riachuelo”.

O segmento “Outros” corresponde à operação fabril, transportes e locação.

(a) Ativos e passivos

	2017				
	Varejo	Financeira	Outros	Eliminações	Consolidado
Ativo					
Ativo circulante	2.757.754	3.272.645	855.106	(1.848.005)	5.037.500
Ativo não circulante	2.744.977	196.249	4.923.815	(4.920.764)	2.944.277
Total do ativo	<u>5.502.731</u>	<u>3.468.894</u>	<u>5.778.921</u>	<u>(6.768.769)</u>	<u>7.981.777</u>
Passivo					
Passivo circulante	1.835.472	2.573.287	250.617	(1.834.697)	2.824.679
Passivo não circulante	713.354	37.148	421.054	(39.500)	1.132.056
Total do passivo	<u>2.548.826</u>	<u>2.610.435</u>	<u>671.671</u>	<u>(1.874.197)</u>	<u>3.956.735</u>
Patrimônio líquido	<u>2.953.905</u>	<u>858.459</u>	<u>5.107.250</u>	<u>(4.894.572)</u>	<u>4.025.042</u>
Total de passivo e patrimônio líquido	<u>5.502.731</u>	<u>3.468.894</u>	<u>5.778.921</u>	<u>(6.768.769)</u>	<u>7.981.777</u>
	2016 (Reapresentado)				
	Varejo	Financeira	Outros	Eliminações	Consolidado
Ativo					
Ativo circulante	2.629.067	3.291.567	720.534	(2.007.314)	4.633.854
Ativo não circulante	2.636.716	195.669	4.387.164	(4.291.668)	2.927.881
Total do ativo	<u>5.265.783</u>	<u>3.487.236</u>	<u>5.107.698</u>	<u>(6.298.982)</u>	<u>7.561.735</u>
Passivo					
Passivo circulante	1.872.422	2.795.117	221.068	(1.960.604)	2.928.003
Passivo não circulante	674.158	28.282	401.677	(45.016)	1.059.101
Total do passivo	<u>2.546.580</u>	<u>2.823.399</u>	<u>622.745</u>	<u>(2.005.620)</u>	<u>3.987.104</u>
Patrimônio líquido	<u>2.719.203</u>	<u>663.837</u>	<u>4.484.953</u>	<u>(4.293.362)</u>	<u>3.574.631</u>
Total de passivo e patrimônio líquido	<u>5.265.783</u>	<u>3.487.236</u>	<u>5.107.698</u>	<u>(6.298.982)</u>	<u>7.561.735</u>

(b) Resultados

	2017				
	Varejo	Financeira	Outros(*)	Eliminações	Consolidado
Receita líquida	4.781.236	1.616.073	936.327	(888.977)	6.444.659
Custo dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos	(2.363.602)	(116.837)	(764.201)	906.232	(2.338.408)
Lucro bruto	2.417.634	1.499.236	172.126	17.255	4.106.251
Despesas com vendas	(2.091.895)	(663.480)	(10.806)	52.296	(2.713.885)
Despesas gerais e administrativas	(268.591)	(471.961)	(79.091)	53.891	(765.752)
Honorários	(6.558)	(2.150)	(4.050)	-	(12.758)
Outras receitas operacionais líquidas	165.266	42.146	151.446	(84.090)	274.768
Resultado de equivalência patrimonial	194.086	-	583.460	(777.546)	-
Despesas operacionais	(2.007.692)	(1.095.445)	640.959	(755.449)	(3.217.627)
Lucro operacional	409.942	403.791	813.085	(738.194)	888.624
Receitas financeiras	122.613	82.154	28.303	(108.854)	124.216
Despesas financeiras	(167.444)	(136.546)	(41.909)	108.835	(237.064)
Resultado financeiro	(44.831)	(54.392)	(13.606)	(19)	(112.848)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	365.111	349.399	799.479	(738.213)	775.776
	2016				
	Varejo	Financeira	Outros(*)	Eliminações	Consolidado
Receita líquida	4.266.314	1.601.207	1.123.319	(1.069.190)	5.921.650
Custo dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos	(2.414.052)	(259.476)	(736.080)	1.062.183	(2.347.425)
Lucro bruto	1.852.262	1.341.731	387.239	(7.007)	3.574.225
Despesas com vendas	(1.923.423)	(641.504)	(10.525)	38.523	(2.536.929)
Despesas gerais e administrativas	(329.070)	(339.835)	(66.278)	50.035	(685.148)
Honorários	(6.068)	(2.806)	(4.047)	-	(12.921)
Outras receitas operacionais líquidas	15.059	76.213	53.426	(80.292)	64.406
Resultado de equivalência patrimonial	210.091	-	166.663	(376.754)	-
Despesas operacionais	(2.033.411)	(907.932)	139.239	(368.488)	(3.170.592)
Lucro operacional	(181.149)	433.799	526.478	(375.495)	403.633
Receitas financeiras	113.414	147.398	43.461	(73.185)	231.088
Despesas financeiras	(184.759)	(203.243)	(47.315)	76.091	(359.226)
Resultado financeiro	(71.345)	(55.845)	(3.854)	2.906	(128.138)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	(252.494)	377.954	522.624	(372.589)	275.495

(*) Os valores relativos a indústria e locações, são demonstrados nas tabelas como outros, uma vez que são eliminados para fins de consolidação.

Os valores apresentados para conciliação dos saldos contábeis refletem as eliminações das transações entre partes relacionadas para fins de consolidação.

As práticas contábeis dos segmentos reportáveis são as mesmas adotadas pela Companhia, descritas na Nota 39.

Análise da receita por categoria

Receita Líquida por segmento	2.017	2.016
Vendas a Varejo	4.781.237	4.266.314
Produtos e Serviços Financeiros	1.616.073	1.601.207
Shopping Center	70.149	66.717
Vendas a Contribuintes	849.213	1.039.252
Transportes	16.965	17.350
Efeito entre as empresas consolidadas	(888.978)	(1.069.190)
Total Consolidado	6.444.659	5.921.650

6 Empresas controladas

- Lojas Riachuelo S.A. (“Lojas Riachuelo”)

As Lojas Riachuelo S.A., empresa do ramo varejista e controlada da Guararapes Confecções S.A., objetiva promover a integração entre o varejo e a produção. Atualmente, absorve toda a produção da Companhia, por meio de suas 302 (291 em 31 de dezembro de 2016) lojas presentes em todo território nacional.

- Midway Shopping Center Ltda.

A Midway Shopping Center Ltda., localizada na cidade de Natal no Estado do Rio Grande do Norte, tem por objetivo a administração de Shopping Center. O empreendimento, com instalações próprias, ocupa uma área de terreno de 67.987,71 m² e área construída de 231.000 m² dividida em 3 pavimentos.

- Riachuelo Participações Ltda.

A Riachuelo Participações Ltda., tem por objetivo principal a participação na Midway S.A. – Crédito, Financiamento e Investimento, intermediando as transações ocorridas nas Lojas Riachuelo S.A.

- Midway S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento (“Midway Financeira”)

A Midway S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento tem como objetivo estratégico realizar as operações de financiamentos aos consumidores dos produtos e serviços das Lojas Riachuelo S.A., buscando os recursos financeiros mais adequados para o suporte dessas operações.

- Transportadora Casa Verde Ltda.

A Transportadora Casa Verde Ltda., empresa do ramo de transportes rodoviário, tem como atividade transportar os produtos e materiais da Companhia e da controlada Lojas Riachuelo S.A. de norte a sul do país.

7 Investimentos

(a) Controladora

Descrição	2017	2016
		Reapresentado
Empresas controladas	3.177.768	2.940.494
Lucros não realizados nos estoques	(12.629)	(45.963)
Total dos investimentos	3.165.139	2.894.531
Saldo em 31 de dezembro 2016 e 2015	2.894.531	2.683.888
Equivalencia Patrimonial	389.374	(43.425)
Adiantamentos de lucros e dividendos a distribuir	(23.660)	(37.329)
Provisão de lucros e dividendos complementar a distribuir	(95.622)	(8.378)
Resultado abrangente	516	(225)
Aumento de capital na controlada	-	300.000
Saldo em 31 de dezembro 2017 e 2016	3.165.139	2.894.531

Participações em controladas

Controladas no Brasil	Atividade	Situação	Ações ou quotas detidas (em milhares) ordinárias - 31/12/2017	Participação e capital votante em 31/12/2017
Lojas Riachuelo S.A.	Varejo	Ativa	1.488.225	100,00
Midway Shopping Center Ltda.	Shopping	Ativa	200.000	100,00
Transportadora Casa Verde Ltda. (*)	Transporte	Ativa	0,20	99,50
Midway S.A. – Crédito, Financiamento e Investimento (**)	Financeiro	Ativa	50.000	0,01
Riachuelo Participações Ltda. (***)	Participações	Ativa	-	-

(*) A controlada Lojas Riachuelo S.A. possui 0,50% de participação.

(**) A controlada Lojas Riachuelo S.A. possui o controle com 99,99%.

(***) A controladora possui uma quota e a controlada Lojas Riachuelo S.A. possui 50.004.999 quotas.

(b) Mapa de movimentação dos investimentos

A movimentação dos investimentos está apresentada a seguir:

	Lojas Riachuelo S.A	Lucros dos estoques não realizado	Midway Shoppng Center	Transp. Casa Verde Ltda.	Midway Crédito Financ. e Investimento	Total
SalDOS em 31 de dezembro de 2015 - Publicado	2.540.490	(49.495)	210.870	7.209	89	2.709.163
Ajustes - exercicios anteriores	(25.275)	-	-	-	-	(25.275)
SalDOS em 31 de dezembro de 2015 -	2.515.215	(49.495)	210.870	7.209	89	2.683.888
Aumento de Capital (*)	300.000	-	-	-	-	300.000
Equivalência patrimonial	(95.790)	3.532	48.070	742	21	(43.425)
Ajuste de avaliação patrimonial de controladas	(225)	-	-	-	-	(225)
Dividendos	-	-	(45.666)	-	(41)	(45.707)
SalDOS em 31 de dezembro de 2016 -	2.719.200	(45.963)	213.274	7.951	69	2.894.531
Reapresentado	2.719.200	(45.963)	213.274	7.951	69	2.894.531
Equivalência patrimonial	307.128	33.333	48.778	115	20	389.374
Ajuste de avaliação patrimonial de controladas	516	-	-	-	-	516
Dividendos	(72.943)	-	(46.339)	-	-	(119.282)
SalDOS em 31 de dezembro de 2017	2.953.901	(12.630)	215.713	8.066	89	3.165.139

(*) Em 20 de dezembro de 2016, foram utilizadas duplicatas no montante de R\$ 300.000 para aumento do capital social na controlada Lojas Riachuelo, que foi totalmente integralizado com a emissão de 194.116 mil novas ações. No exercício de 2017, não houve aumento de capital na controlada Lojas Riachuelo.

(c) Informações sobre as investidas

As informações financeiras resumidas a respeito das controladas estão descritas a seguir:

I – Balanço patrimonial sintético

	Lojas Riachuelo S.A.	Midway Shopping Center Ltda.	Transportadora Casa Verde Ltda.	Midway S.A. – Crédito, Financ. Investimento
31 de dezembro de 2017				
Circulante				
Ativo	2.757.754	58.689	8.686	3.272.645
Passivo	(1.835.472)	(25.286)	(1.428)	(2.573.287)
Ativo circulante líquido	922.282	33.403	7.258	699.358
Não circulante				
Ativo	2.744.977	185.691	1.734	196.249
Passivo	(713.354)	(3.382)	(886)	(37.148)
Ativo não circulante líquido	2.031.623	182.309	848	159.101
Patrimônio líquido	2.953.905	215.712	8.106	858.459

	Lojas Riachuelo S.A.	Midway Shopping Center Ltda.	Transportadora Casa Verde Ltda.	Midway S.A. – Crédito, Financ. Investimento
31 de dezembro de 2016 - Reapresentado				
Circulante				
Ativo	2.629.067	36.090	8.124	3.291.567
Passivo	(1.872.423)	(11.252)	(1.225)	(2.795.117)
Ativo circulante líquido	756.644	24.838	6.899	496.450
Não circulante				
Ativo	2.636.716	192.640	2.753	195.669
Passivo	(674.157)	(4.205)	(1.662)	(28.282)
Ativo não circulante líquido	1.962.559	188.435	1.091	167.387
Patrimônio líquido	2.719.203	213.273	7.990	663.837

II – Demonstração do resultado sintético

31 de dezembro de 2017	Lojas Riachuelo S.A.	Midway Shopping Center Ltda.	Transportadora Casa Verde Ltda.	Midway S.A. – Crédito, Financ. Investimento
Receitas	4.781.237	70.148	16.965	1.616.073
Despesas operacionais	(4.416.125)	(12.794)	(16.797)	(1.266.674)
Lucro (Prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	365.112	57.354	168	349.399
Despesa do imposto de renda e da contribuição social	(57.984)	(8.576)	(53)	(155.294)
Lucro (Prejuízo) líquido	307.128	48.778	115	194.105
Dividendos/Lucros de controladas	72.943	46.339	-	-
31 de dezembro de 2016	Lojas Riachuelo S.A.	Midway Shopping Center Ltda.	Transportadora Casa Verde Ltda.	Midway S.A. – Crédito, Financ. Investimento
Receitas	4.266.314	66.717	17.350	1.601.207
Despesas operacionais	(4.518.809)	(9.936)	(16.260)	(1.223.253)
Lucro (Prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	(252.495)	56.781	1.090	377.954
Despesa do imposto de renda e da contribuição social	156.705	(8.711)	(345)	(167.845)
Lucro (Prejuízo) líquido	(95.790)	48.070	745	210.109
Dividendos/Lucros de controladas	-	45.667	-	40

8 Instrumentos financeiros por categoria

	Nota Explicativa	Controladora 2017	Controladora 2016	Consolidado 2017	Consolidado 2016
<u>Ativos financeiros:</u>					
Disponível para venda					
Títulos e valores mobiliários	11	130.696	10.197	372.037	336.951
Empréstimos e recebíveis:					
Caixa e equivalentes de caixa	10	141	226	410.287	616.363
Contas a receber de clientes	13	257.608	357.718	3.127.141	2.708.325
		388.445	368.141	3.909.465	3.661.639
<u>Passivos financeiros:</u>					
Ao custo amortizado					
Empréstimos e Financiamentos	20	5.029	8.653	506.813	1.234.338
Debêntures	21	-	-	659.477	201.326
Certificados de recebíveis imobiliários	22	133.396	154.978	133.396	154.978
Valor justo por meio de resultado					
Instrumentos financeiros derivativos	12	-	-	-	152.174
Fornecedores	19	52.508	43.440	451.957	379.403
Fornecedores - "Confirming"	19.1	-	-	72.395	74.481
		190.933	207.071	1.824.038	2.196.700

A seleção dos ativos e passivos apresentados nesta nota ocorreu em razão de sua relevância. A Companhia e suas controladas diretas e indiretas não praticam instrumentos financeiros para fins especulativos.

A Administração da Companhia e de suas controladas considera que os instrumentos financeiros registrados em suas demonstrações financeiras pelo seu valor contábil correspondem substancialmente aos montantes que seriam obtidos caso fossem negociados no mercado.

O saldo da rubrica “Empréstimos e Financiamentos” é atualizado monetariamente com base nos índices de mercado (TJLP) e taxas contratuais (Nota 20); portanto, o saldo devedor registrado no fim de cada exercício no relatório está próximo do valor de mercado.

As debêntures são remuneradas com base nas taxas médias dos Depósitos Interfinanceiros (DI) de um dia em 118,50% 1ª emissão, 112,20% 1ª série da segunda emissão e 113,10% 2ª série da segunda emissão, conforme as cláusulas contratuais.

Os Certificados de recebíveis imobiliários são remunerados com base 99,50% das taxas médias dos Depósitos Interfinanceiros (DI) de um dia, conforme as cláusulas contratuais.

Os títulos e valores mobiliários registrados pela Companhia foram classificados como ativos financeiros disponíveis para venda e mensuradas pelo valor justo, com ganhos e perdas não realizados reconhecidos no patrimônio líquido.

Os saldos registrados no consolidado, representados por LFT's e LTN's da controlada indireta Midway Financeira, em 31 de dezembro de 2017, estão classificados como títulos e valores mobiliários como investimentos de curto prazo, no montante de R\$ 572.964 (R\$ 856.063 em 31 de dezembro de 2016), conforme Notas 10 e 11, classificadas como disponíveis para venda e reconhecidas pelo valor justo com os ganhos e perdas no valor justo não realizadas reconhecidos no patrimônio líquido.

O valor justo destes ativos financeiros foi determinado com base em modelos de precificação geralmente aceitos, baseado em análises dos fluxos de caixa descontados.

As contas a receber e o caixa e equivalentes de caixa são classificadas como "Empréstimos e recebíveis"; as contas a pagar são classificadas como "Outros passivos financeiros".

A mensuração no valor justo dos ativos disponíveis para venda é efetuada através de preços cotados em mercados ativos para ativo, e para ativos e passivos idênticos (Nível I).

9 Qualidade do crédito dos ativos financeiros

Caixa e equivalentes de caixa e Títulos e valores mobiliários

O caixa da Companhia é aplicado em Títulos da Midway Financeira, que são letras de câmbio com rentabilidade de 102% a 115% do CDI CETIP.

O caixa da Midway Financeira é aplicado em Títulos Públicos Federais indexados à SELIC (LFTs) e operações compromissadas de um dia com instituições AAA (LTNs).

Carteira de crédito

2017			
Nível de risco(*)	Créditos a vencer	Créditos vencidos	Total das operações
A	2.334.798	-	2.334.798
B	70.636	27.533	98.169
C	59.776	42.159	101.935
D	43.647	48.110	91.757
E	32.162	54.153	86.315
F	23.538	57.764	81.303
G	15.957	52.747	68.704
H	57.413	417.435	474.848
	<u>2.637.927</u>	<u>699.902</u>	<u>3.337.829</u>
2016			
Nível de risco(*)	Créditos a vencer	Créditos vencidos	Total das operações
A	1.977.592	-	1.977.592
B	67.439	37.863	105.302
C	57.997	49.721	107.718
D	39.382	50.322	89.704
E	28.099	56.592	84.691
F	20.453	59.169	79.622
G	13.135	55.414	68.549
H	55.039	383.369	438.408
	<u>2.259.136</u>	<u>692.450</u>	<u>2.951.586</u>

(*) Referem-se a categoria de risco previstas pelas normas do BACEN.

10 Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Recursos em banco e em caixa	73	107	254.360	97.251
Depósitos bancários de curto prazo (a)	68	119	155.927	519.112
	<u>141</u>	<u>226</u>	<u>410.287</u>	<u>616.363</u>

- (a) O saldo de aplicação financeira em 31 de dezembro de 2017 e 2016 estava relacionado à controlada indireta Midway Financeira, aplicados em Letras do Tesouro Nacional – LTNs (títulos públicos escriturais), indexados à variação da taxa do Sistema Especial de Liquidação e Custódia – SELIC, com conversibilidade imediata ou com o prazo original igual ou inferior a 90 dias.

11 Títulos e valores mobiliários

(a) Composição do saldo

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Letras de Câmbio - MTM	130.696	10.197	-	-
Letras do Tesouro Nacional – LTN	-	-	372.037	336.951
Total	<u>130.696</u>	<u>10.197</u>	<u>372.037</u>	<u>336.951</u>

(b) Mapa de movimentação do saldo

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Saldo inicial	10.197	16.040	336.951	222.135
Aplicação	119.540	304.689	86.790	308.094
Resgate	(164)	(314.769)	(86.277)	(227.127)
Reultados abrangentes			517	(224)
Juros/MTM	1.123	4.237	34.056	34.073
Saldo Final	<u>130.696</u>	<u>10.197</u>	<u>372.037</u>	<u>336.951</u>

As aplicações financeiras da Companhia no valor de R\$ 130.696 em 31 de dezembro de 2017 (R\$ 10.197 em 31 de dezembro de 2016), da controlada Midway Shopping Center Ltda. no valor de R\$ 43.578 (R\$ 20.078 em 31 de dezembro de 2016) e da controlada Transportadora Casa Verde Ltda. no valor de R\$ 4.749 (R\$ 4.488 em 31 de dezembro de 2016), foram eliminadas na consolidação das demonstrações financeiras, uma vez que, as aplicações são efetuadas na controlada Midway Financeira.

A carteira de títulos da controlada indireta Midway Financeira estava composta por títulos públicos escriturados e registrados no Sistema Especial de Liquidação e Custódia (SELIC). O valor justo dos ativos financeiros foi apurado com base nas taxas médias divulgadas pela ANBIMA – Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais. Os títulos públicos classificados como disponíveis para venda estão divulgados na Nota 4.3.

12 Instrumentos financeiros derivativos

	Consolidado	
	2017	2016
Instrumentos Financeiros Derivativos	-	(152.174)
Total	<u>-</u>	<u>(152.174)</u>

Os instrumentos derivativos foram contratados com o propósito de proteger suas operações contra os riscos de flutuação nas taxas de câmbio em determinados empréstimos em moeda estrangeira, e não foram utilizados para fins especulativos. As operações foram liquidadas em 2017, conforme tabela a seguir:

Instrumento	Objeto de proteção	Contraparte do valor principal	Consolidado			
			Valor referencial (nacional)		Valor justo	
			2017	2016	2017	2016
Swap	Taxa de câmbio	Bradesco	-	169.444	-	(32.320)
Swap	Taxa de câmbio	Santander	-	261.400	-	(64.685)
Swap	Taxa de câmbio	Itaú	-	200.000	-	(55.169)
			<u>-</u>	<u>630.844</u>	<u>-</u>	<u>(152.174)</u>

O método de apuração do valor de mercado utilizado pela Companhia é o *Marked-to-Market* (MtM), que consiste em apurar o valor futuro com base nas condições contratadas e determinar o valor presente com base em curvas de mercado.

As perdas e os ganhos com as operações de derivativos foram reconhecidos mensalmente no resultado, considerando-se o valor justo desses instrumentos. A provisão para os ganhos não realizados foi reconhecida na conta "Instrumentos financeiros derivativos", no balanço patrimonial, e a contrapartida no resultado é na rubrica "Resultado financeiro". A Companhia não aplica a contabilidade de *hedge*.

	Consolidado	
	2017	2016
Saldo inicial	(152.174)	63.528
Variação Cambial	152.174	(215.702)
Saldo Final	-	(152.174)

13 Contas a receber de clientes

(a) Composição do saldo

	Controladora		Consolidado - Reapresentado	
	2017	2016	2017	2016
Empresa controlada (*)	257.175	355.809	-	-
Cartão de crédito Riachuelo	-	-	2.593.596	2.267.625
Crédito pessoal	-	-	755.479	618.158
Cartões de créditos terceiros	-	-	386.812	432.305
Outros valores a receber	1.689	2.009	48.439	28.008
	258.864	357.818	3.784.326	3.346.096
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(1.256)	(100)	(657.185)	(637.771)
Total	516.472	715.536	3.127.141	2.708.325

(*) Refere-se ao saldo de contas a receber com a controlada Lojas Riachuelo. O prazo médio de recebimento dos valores relativos às faturas de venda de produtos é de 30 a 60 dias da data do faturamento.

(b) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa está demonstrada a seguir:

	Controladora	Consolidado
Saldos em 31 de dezembro de 2015	(100)	(644.966)
Constituições/reversões	-	(630.003)
Baixas	-	637.198
Saldos em 31 de dezembro de 2016	(100)	(637.771)
Constituições/reversões	(1.188)	(628.514)
Baixas	32	609.100
Saldos em 31 de dezembro de 2017	(1.256)	(657.185)

O saldo da provisão para créditos de liquidação duvidosa em 31 de dezembro de 2017 é composto por R\$ 1.256 (R\$ 100 em 31 de dezembro de 2016) da Companhia, R\$ 654.735 (R\$ 636.563 em 31 de dezembro de 2016) da Midway Financeira e com R\$ 1.194 (R\$ 1.108 em 31 de dezembro de 2016) do Midway Shopping Center Ltda.

(c) Composição das operações nos correspondentes níveis de risco/qualidade do crédito da Midway Financeira

2017				
Nível de Risco/ Qualidade do crédito	Créditos a Vencer	Créditos Vencidos	Total das Operações	Provisão Constituída
A - A vencer	2.334.798	-	2.334.798	11.674
B - Vencidos até 30 dias	70.636	27.533	98.169	982
C - Vencidos de 31 até 60 dias	59.776	42.159	101.935	3.058
D - Vencidos de 61 até 90 dias	43.647	48.110	91.757	9.176
E - Vencidos de 91 até 120 dias	32.162	54.153	86.315	25.894
F - Vencidos de 121 até 150 dias	23.538	57.764	81.303	40.651
G - Vencidos de 151 até 180 dias	15.957	52.747	68.704	48.093
H - Vencidos acima de 180 dias	57.413	417.435	474.848	474.848
Provisão complementar			-	40.359
Total	<u>2.637.927</u>	<u>699.902</u>	<u>3.337.829</u>	<u>654.735</u>
Percentual de Provisão sobre a Carteira de Crédito				<u>19,62%</u>

2016				
Nível de Risco/ Qualidade do crédito	Créditos a Vencer	Créditos Vencidos	Total das Operações	Provisão Constituída
A - A vencer	1.977.592	-	1.977.592	9.888
B - Vencidos até 30 dias	67.439	37.863	105.302	1.053
C - Vencidos de 31 até 60 dias	57.997	49.721	107.718	3.232
D - Vencidos de 61 até 90 dias	39.382	50.322	89.704	8.970
E - Vencidos de 91 até 120 dias	28.099	56.592	84.691	25.407
F - Vencidos de 121 até 150 dias	20.453	59.169	79.622	39.811
G - Vencidos de 151 até 180 dias	13.135	55.414	68.549	47.984
H - Vencidos acima de 180 dias	55.039	383.369	438.408	438.408
Provisão complementar			-	61.810
Total	<u>2.259.136</u>	<u>692.450</u>	<u>2.951.586</u>	<u>636.563</u>
Percentual de Provisão sobre a Carteira de Crédito				<u>21,57%</u>

(d) Renegociações da Midway Financeira

As operações renegociadas totalizaram o montante de R\$ 289.517 (R\$ 409.638 em 31 de dezembro de 2016) no exercício. Os recebimentos de operações recuperadas totalizaram o montante de R\$ 36.926 (R\$ 32.537 em 31 de dezembro de 2016).

Em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016, os saldos de contas a receber por data de vencimento estavam assim apresentados:

I - Empresas controladas

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
A vencer de 61 a 90 dias	43.760	91.819
A vencer de 31 a 60 dias	98.641	99.530
A vencer até 30 dias	<u>114.774</u>	<u>109.726</u>
À vencer	257.175	301.075
Vencidos até 30 dias	<u>-</u>	<u>54.734</u>
Vencido	-	54.734
	<u>257.175</u>	<u>355.809</u>

Em 20 de dezembro de 2016, foram utilizadas duplicatas no montante de R\$ 300.000 para aumento do capital social na controlada Lojas Riachuelo, que foi totalmente integralizado com a emissão de 194.116 mil novas ações totalizando 1.488.225 mil ações (Nota 7).

II – Cartões de créditos e outros

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
A vencer há mais de 180 dias			204.312	157.363
A vencer de 91 e 180 dias	9	103	507.227	413.555
A vencer de 61 e 90 dias	33	117	362.414	300.535
A vencer de 31 e 60 dias	47	152	529.021	441.654
A vencer até 30 dias	159	238	1.477.576	1.378.851
À vencer	248	610	3.080.550	2.691.958
Vencidos até 30 dias	103	53	39.275	48.343
Vencidos de 31 e 60 dias	59	19	56.692	60.796
Vencidos de 61 e 90 dias	23	4	57.575	57.170
Vencidos de 91 e 180 dias	-	174	172.051	176.070
Vencidos há mais de 180 dias	1.256	1.149	378.183	311.759
Vencido	1.441	1.399	703.776	654.138
	<u>1.689</u>	<u>2.009</u>	<u>3.784.326</u>	<u>3.346.096</u>

14 Estoques

(a) Composição do saldo

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Produtos acabados e mercadorias para	10.924	9.632	586.497	479.748
Produtos em elaboração	19.026	17.534	19.026	17.534
Matérias-primas	58.897	79.750	58.897	79.750
Materiais secundários e outros	45.476	46.495	57.118	62.284
Importação em andamento	5.034	7.766	34.185	46.326
Materiais em trânsito	44	28	44	28
Provisão para perdas de inventário			(25.509)	(23.399)
	<u>139.401</u>	<u>161.205</u>	<u>730.258</u>	<u>662.271</u>

(b) Movimentação da Provisão para perdas de inventário

	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2015	(13.031)
Constituições	(20.740)
Baixa da provisão por utilização	10.372
Saldo em 31 de dezembro de 2016	<u>(23.399)</u>
Constituições	(32.121)
Baixa da provisão por utilização	30.011
Saldo em 31 de dezembro de 2017	<u>(25.509)</u>

O custo dos estoques reconhecido no resultado durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2017 totalizou R\$ 752.108 (R\$ 723.867 em 31 de dezembro de 2016) na Controladora e R\$ 2.338.408 (R\$ 2.347.425 em 31 de dezembro de 2016) no Consolidado, a queda acentuada na linha de outros custos em 2017 no consolidado, foi provocada pela Midway Financeira, que passou a reconhecer como receitas os encargos efetivamente recebidos nas renegociações reduzindo os impostos e taxas incidentes sobre receitas, vide Nota 31.1.

15 Tributos a recuperar

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2017	2016	2017	2016
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços – ICMS					
– Ativo Imobilizado		501	398	38.892	49.139
ICMS		5.730	5.145	28.394	33.350
Imposto de Renda	(a)	76.073	48.316	98.416	94.549
Contribuição Social	(b)	53.033	54.711	53.096	54.732
Programa de Integração Social – PIS e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS	(c)	-	-	161.701	95.485
INSS	(d)	14.793	14.793	40.336	33.753
Imposto Produtos Industrializados - IPI e Outros		1.146	735	6.406	3.257
		<u>151.276</u>	<u>124.098</u>	<u>427.241</u>	<u>364.265</u>
Circulante		135.982	108.907	330.437	246.750
Não Circulante		15.294	15.191	96.804	117.515

- (a) Imposto de renda sobre aplicações financeiras, títulos e valores mobiliários, bem como imposto de renda recolhidos a maior em 2017 e nos exercícios anteriores, a serem compensados durante os exercícios seguintes.
- (b) Saldo de contribuição social recolhidos a maior nos exercícios anteriores, a serem compensados durante os exercícios seguintes.
- (c) O valor do PIS e da COFINS a compensar do ano de 2017 refere-se substancialmente às ações judiciais favoráveis à Controlada Lojas Riachuelo S.A. que transitaram em julgado (Zona Franca e de outras receitas – Lei nº 9.718/98) e possibilitaram a recuperação dos tributos pagos indevidamente pela Companhia.
- (d) Recuperação de créditos na área previdenciária a serem compensados nos exercícios seguintes.

16 Propriedade para investimento

(a) Composição do saldo

A propriedade para investimento corresponde ao empreendimento Midway Mall e foi inicialmente mensurada pelo seu custo e a Administração da Companhia decidiu manter este método de avaliação, por refletir seu negócio de forma mais apropriada.

	Vida útil estimada (em anos)	Consolidado			
		2017			2016
		Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Propriedade para investimento construída	40	<u>281.181</u>	<u>(96.104)</u>	<u>185.077</u>	<u>192.131</u>

Taxa média ponderada dos itens sendo mais significativa a propriedade para investimento cuja vida útil de 47 anos está suportada por laudo de avaliação de especialistas.

(b) Mapa de movimentação do saldo

	Consolidado	
	2017	2016
Saldo inicial	192.131	199.094
Depreciações	(7.054)	(6.939)
Baixas	-	(24)
Saldo final	<u>185.077</u>	<u>192.131</u>

A despesa com depreciação no montante de R\$ 7.054 (R\$ 6.939 em 2016), encontra-se registrada como despesas gerais e administrativas.

Os principais valores reconhecidos no resultado do exercício em relação às propriedades para investimentos são os seguintes:

Descrição	2017	2016
Receitas	70.148	66.717
Despesas operacionais	(12.794)	(9.936)
Lucro (Prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	57.354	56.781
Despesa do imposto de renda e da contribuição social	(8.576)	(8.711)
Lucro (Prejuízo) líquido	48.778	48.070
Dividendos/Lucros de controladas	46.339	45.667

A propriedade para investimento está livre de quaisquer restrições quanto à possibilidade de alienação.

Os encargos financeiros incorridos sobre financiamentos não são considerados relevantes para serem incluídos no custo de aquisição dos itens de propriedade de investimento.

(c) Metodologia para determinação do valor justo

A avaliação da propriedade para investimento foi preparada de acordo com os dados divulgados pela Morning Star Inc, sediada nos Estados Unidos, bem como algumas projeções e taxas divulgadas pelo Banco Central do Brasil.

A metodologia adotada para determinar o valor de mercado (valor justo) da propriedade para investimento em operação envolveu a elaboração de premissas relacionadas a projeções de ganhos e perdas para 10 anos da propriedade para investimento, adicionadas ao valor residual, que corresponde a uma perpetuidade calculada com base nos ganhos líquidos do último ano projetado com alguns ajustes no fluxo de caixa e uma taxa de crescimento. Essas projeções são descontadas para a data base da avaliação a uma taxa de desconto correspondente ao retorno mínimo esperado para um ativo de risco semelhante.

As projeções não são previsões do futuro, mas apenas refletem a melhor estimativa do avaliador quanto à atual visão do mercado relativamente às receitas e aos custos futuros de cada propriedade. A taxa de rentabilidade projetada segue uma razoabilidade de performance de mercado atrelada aos resultados recentes da operação.

As projeções foram realizadas de forma nominal, ou seja, os efeitos inflacionários foram considerados, sendo utilizado como indicador de reajuste dos preços o IGP-DI, tendo como base as projeções oficiais obtidas no website do Banco Central do Brasil.

Tais projeções refletem a melhor estimativa da Administração quanto à atual visão do mercado relativamente às receitas e aos custos futuros da propriedade.

Após realização do estudo econômico-financeiro, foi determinado um valor justo no montante de R\$ 860.473 para a data de 31 de dezembro de 2017 (R\$ 821.280 em 31 de dezembro de 2016).

17 Imobilizado

(a) Composição do saldo

		Controladora			
		2017		2016	
	Vida útil estimada (em anos)	Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Imóveis comerciais	25	460.414	(123.896)	336.518	342.566
Imobilizado para uso	5 a 25	514.994	(276.519)	238.475	243.215
		<u>975.408</u>	<u>(400.415)</u>	<u>574.993</u>	<u>585.781</u>
		Consolidado			
		2017		2016	
	Vida útil estimada (em anos)	Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Imóveis comerciais	25	460.414	(123.896)	336.518	342.566
Imobilizado para uso	5 a 25	3.324.492	(1.813.363)	1.511.129	1.650.563
		<u>3.784.906</u>	<u>(1.937.259)</u>	<u>1.847.647</u>	<u>1.993.129</u>

17.1 Imóveis Comerciais

(a) Composição do saldo

		Controladora			
		2017		2016	
	Vida útil estimada (em anos)	Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Terrenos	-	217.976	-	217.976	217.976
Edifícios	25	241.984	(123.896)	118.088	124.136
Obras em andamento		454	-	454	454
Total		<u>460.414</u>	<u>(123.896)</u>	<u>336.518</u>	<u>342.566</u>

(b) Mapa de movimentação do saldo

	Controladora			
	Imóveis comerciais			Total
	Terrenos	Edifícios	Obras em andamento	
<u>Custo</u>				
Saldos em 31 de dezembro de 2015	217.976	241.984	454	460.414
Saldos em 31 de dezembro de 2016	217.976	241.984	454	460.414
Saldos em 31 de dezembro de 2017	217.976	241.984	454	460.414
<u>Depreciação acumulada</u>				
Saldos em 31 de dezembro de 2015	-	(111.795)	-	(111.795)
Despesa de depreciação	-	(6.053)	-	(6.053)
Saldos em 31 de dezembro de 2016	-	(117.848)	-	(117.848)
Despesa de depreciação	-	(6.048)	-	(6.048)
Saldos em 31 de dezembro de 2017	-	(123.896)	-	(123.896)
<u>Saldos líquidos em:</u>				
31 de dezembro de 2015	217.976	130.189	454	348.619
31 de dezembro de 2016	217.976	124.136	454	342.566
31 de dezembro de 2017	217.976	118.088	454	336.518

]

17.2 Imobilizado para uso

(a) Composição do saldo

	Vida útil estimada (em anos)	Controladora			
		Custo	Depreciação acumulada	2017	2016
				Valor líquido	Valor líquido
Imóveis	25	114.794	(57.095)	57.699	60.781
Máquinas	16,6	299.754	(163.821)	135.933	135.929
Instalações	20	41.645	(20.568)	21.077	19.920
Móveis e utensílios (*)	5 a 10	42.382	(32.553)	9.829	10.444
Veículos e transportes	5	3.105	(2.482)	623	756
Imobilizações em curso	-	13.314	-	13.314	15.385
		514.994	(276.519)	238.475	243.215

(*) Do custo de Móveis e utensílios da controladora no valor de R\$ 42.382 (R\$ 39.519 em 2016), R\$ 13.316 (R\$ 12.672 em 2016) possui a vida útil estimada de 5 anos e R\$ 29.066 (R\$ 26.847 em 2016), de 10 anos.

	Vida útil estimada (em anos)	Consolidado			
		Custo	Depreciação Acumulada	2017	2016
				Valor Líquido	Valor Líquido
Imóveis	25	139.387	(59.594)	79.793	83.832
Benfeitoria imóveis terceiros	10	1.584.242	(686.511)	897.731	946.093
Máquinas	16,6	299.042	(163.109)	135.933	135.929
Instalações	20	501.644	(416.464)	85.180	109.200
Móveis e utensílios (**)	5 a 10	645.715	(412.299)	233.416	219.057
Veículos e transportes	5	132.201	(75.386)	56.815	62.177
Imobilizado em curso	-	22.261	-	22.261	94.275
		3.324.492	(1.813.363)	1.511.129	1.650.563

(**) Do custo de Móveis e utensílios do consolidado de R\$ 645.715 (R\$ 572.221 em 2016), R\$ 288.306 (R\$ 265.792 em 2016) possui a vida útil estimada de 5 anos e R\$ 357.409 (R\$ 306.429 em 2016), de 10 anos.

(b) Mapa de movimentação do saldo

	Controladora					
	Imobilizado					Total
	Imóveis	Máquinas	Instalações	Móveis e utensílios	Veículos e transportes	
Custo						
Saldos em 31 de dezembro de 2015	113.942	275.003	36.036	38.179	3.016	480.742
Adições	342	6.093	967	1.071	-	24.650
Baixas	-	(3.503)	(8)	-	-	(3.511)
Transferências	-	11.648	2.524	1.186	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2016	114.284	289.241	39.519	40.436	3.016	501.881
Adições	-	2.050	848	1.464	223	14.542
Baixas	-	(1.118)	(16)	(161)	(134)	(1.429)
Transferências	510	9.581	1.294	643	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2017	114.794	299.754	41.645	42.382	3.105	514.994
Depreciação acumulada						
Saldos em 31 de dezembro de 2015	(49.824)	(143.389)	(18.761)	(27.174)	(1.887)	(241.035)
Despesa de depreciação	(3.679)	(13.221)	(838)	(2.818)	(373)	(20.929)
Baixas	-	3.298	-	-	-	3.298
Transferências	-	-	-	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2016	(53.503)	(153.312)	(19.599)	(29.992)	(2.260)	(258.666)
Despesa de depreciação	(3.592)	(11.330)	(983)	(2.648)	(356)	(18.909)
Baixas	-	767	14	141	134	1.056
Transferências	-	54	-	(54)	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2017	(57.095)	(163.821)	(20.568)	(32.553)	(2.482)	(276.519)
Saldos líquidos em:						
31 de dezembro de 2015	64.118	131.614	17.275	11.005	1.129	239.707
31 de dezembro de 2016	60.781	135.929	19.920	10.444	756	243.215
31 de dezembro de 2017	57.699	135.933	21.077	9.829	623	238.475

	Consolidado						
	Imobilizado						Total
	Imóveis	Benfeitorias imóveis terceiros	Máquinas	Instalações	Móveis e utensílios	Veículos e transportes	
Custo							
Saldos em 31 de dezembro de 2015	130.199	1.275.920	275.003	496.448	538.447	127.563	3.071.191
Adições	13.914	55.620	6.093	967	17.409	973	178.046
Baixas	(5.262)	(8.061)	(4.215)	(21)	(1.100)	(11.782)	(30.193)
Transferências (*)	-	172.708	11.648	2.524	17.465	11.897	(216.654)
Saldos em 31 de dezembro de 2016	138.851	1.496.187	288.529	499.918	572.221	128.651	3.218.632
Adições	26	54.338	2.050	848	13.426	2.841	126.256
Baixas	-	(1.918)	(1.118)	(415)	(5.837)	(1.959)	(11.669)
Transferências (*)	510	35.635	9.581	1.293	65.905	2.668	(124.319)
Saldos em 31 de dezembro de 2017	139.387	1.584.242	299.042	501.644	645.715	132.201	3.324.492
Depreciação acumulada							
Saldos em 31 de dezembro de 2015	(50.460)	(423.754)	(143.389)	(362.409)	(291.695)	(65.988)	(1.337.695)
Despesa de depreciação	(4.559)	(126.981)	(13.221)	(28.321)	(61.853)	(11.592)	(246.527)
Baixas	-	641	4.010	12	384	11.106	16.153
Saldos em 31 de dezembro de 2016	(55.019)	(550.094)	(152.600)	(390.718)	(353.164)	(66.474)	(1.568.069)
Despesa de depreciação	(4.575)	(136.827)	(11.330)	(26.120)	(64.544)	(10.274)	(253.670)
Baixas	-	409	767	374	5.464	1.362	8.376
Transferências (*)	-	-	54	-	(55)	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2017	(59.594)	(686.512)	(163.109)	(416.464)	(412.299)	(75.386)	(1.813.363)
Saldos líquidos em:							
31 de dezembro de 2015	79.739	852.166	131.614	134.039	246.752	61.575	1.733.496
31 de dezembro de 2016	83.832	946.093	135.929	109.200	219.057	62.177	1.650.563
31 de dezembro de 2017	79.793	897.730	135.933	85.180	233.416	56.815	1.511.129

(*) Referem-se aos valores transferidos para o grupo Intangível, razão pelo qual não zeram.

O montante de adição no imobilizado refere-se basicamente a Controlada Lojas Riachuelo, na implantação de melhorias no novo centro de distribuição, 11 novas lojas e 20 remodelações durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2017 (6 novas lojas e a implantação de melhorias no novo centro de distribuição no exercício findo em 31 de dezembro de 2016).

Os encargos financeiros incorridos sobre financiamentos não são considerados relevantes para serem incluídos no custo de aquisição dos itens do imobilizado.

17.3 Depreciação

A Companhia e a controlada Lojas Riachuelo, efetuaram a última revisão da vida útil estimada de seu ativo imobilizado para o exercício de 2016, com o auxílio dos engenheiros da Companhia. Até 31 de dezembro de 2017, não houve alteração em relação às vidas úteis adotadas em 2016. A Companhia procede a esta revisão anualmente.

A depreciação foi apropriada ao custo de produção e mercadorias vendidas e despesas do exercício.

17.4 Imobilizações em andamento

Consolidado:

- Benfeitorias em imóveis de terceiros

As benfeitorias em imóveis de terceiros compreendem, substancialmente, gastos com a reforma ou adaptação das lojas, amortizáveis em linhas com os contratos de locação, em média 10 anos (imóveis de terceiros) e 15 anos (imóveis Guararapes).

- Construções em andamento

Refere-se a investimentos na abertura e reforma de lojas.

17.5 Perdas pela não recuperabilidade de imobilizado (“impairment”)

De acordo com o CPC 01 e IAS 36, “Redução ao Valor Recuperável de Ativos”, os itens do ativo imobilizado, intangível e outros ativos que apresentam sinais de que seus custos registrados são superiores aos seus valores de recuperação devem ser revisados detalhadamente para determinar a necessidade de se constituir provisão para redução do saldo contábil a seu valor de realização.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2017, não foram identificados eventos que indicassem a necessidade de efetuar cálculos para avaliar eventual redução do imobilizado, intangível e outros ativos ao seu valor de recuperação.

18 Intangível

(a) Composição do saldo

	Vida útil estimada (em anos)	Custo	Amortização acumulada	Controladora	
				2017	2016
				Valor líquido	Valor Líquido
Marcas e patentes	-	120	-	120	116
Gastos com implantação	5	2.312	(2.312)	-	-
Total		2.432	(2.312)	120	116

				Consolidado	
				2017	2016
	Vida útil estimada (em anos)	Custo	Amortização acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Marcas e patentes	-	1.376		1.376	1.277
Pontos comerciais	(*)	57.842	(25.855)	31.987	33.437
Software	5	131.038	(94.329)	36.709	37.688
Gastos com implantação	5	111.713	(44.352)	67.361	40.403
Total		301.969	(164.536)	137.433	112.805

(*) Representado por fundo de comércio e direito de uso adquiridos pela Companhia e fundamentado na existência de ponto comercial onde se localizam as lojas da Riachuelo.

Do montante do custo registrado como fundo de comércio, o valor de R\$ 3.000, refere-se a um ativo intangível, comercializável, que não sofre perda de valor em virtude da passagem do tempo, enquanto o direito de uso pago pela utilização da infraestrutura do imóvel, R\$ 54.842 (R\$ 51.508 em 2016), é amortizável entre seis e dez anos, de acordo com os prazos dos contratos de aluguel.

(b) Mapa de movimentação do saldo

As movimentações registradas na rubrica “Intangível” foram as seguintes:

					Consolidado
	Marcas e patentes	Pontos comerciais	Software	Gastos com implantação	Total
<u>Custo</u>					
Saldos em 31 de dezembro de 2015	1.065	51.572	111.255	43.672	207.564
Adições	212	3.269	6.568	26.328	36.377
Baixas	-	(333)	-	-	(333)
Transferências (**)	-	-	-	412	412
Saldos em 31 de dezembro de 2016	1.277	54.508	117.823	70.412	244.020
Adições	98	3.334	11.326	34.465	49.223
Baixas	-	-	-	-	-
Transferências (**)	-	-	2.339	6.387	8.726
Saldos em 31 de dezembro de 2017	1.375	57.842	131.488	111.264	301.969
<u>Amortização acumulada</u>					
Saldos em 31 de dezembro de 2015	-	(16.769)	(66.681)	(21.222)	(104.672)
Despesa de amortização	-	(4.302)	(13.454)	(8.787)	(26.543)
Saldos em 31 de dezembro de 2016	-	(21.071)	(80.135)	(30.009)	(131.215)
Despesa de amortização	-	(4.784)	(14.194)	(14.343)	(33.321)
Saldos em 31 de dezembro de 2017	-	(25.855)	(94.329)	(44.352)	(164.536)
<u>Saldos líquidos em:</u>					
31 de dezembro de 2015	1.065	34.803	44.574	22.450	102.892
31 de dezembro de 2016	1.277	33.437	37.688	40.403	112.805
31 de dezembro de 2017	1.375	31.987	37.159	66.912	137.433

As adições de softwares e gastos de implantação no montante R\$ 45.791 em 2017 referem-se basicamente ao desenvolvimento do e-commerce da Riachuelo e de softwares das operações da controlada Midway Financeira. No exercício de 2016 o valor de R\$ 32.896, referem-se a diversos softwares adquiridos e gastos com implantação para as novas lojas e para o novo Centro Logístico de Guarulhos da controlada Lojas Riachuelo.

(**) Transferência de gastos com implantação registrados com software de exercícios anteriores.

19 Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Nacionais	45.261	43.440	403.558	267.002
Estrangeiros	7.247	-	48.399	112.401
Total	<u>52.508</u>	<u>43.440</u>	<u>451.957</u>	<u>379.403</u>

O saldo de fornecedores estrangeiros refere-se, em sua maioria, a valores denominados em dólar norte-americano e atualizados até a data do balanço.

O aumento de fornecedores nacionais foi provocado pela introdução das novas linhas de negócios de celular e perfumaria na controlada Lojas Riachuelo, que apresentou um saldo de R\$ 297.736 em 31 de dezembro de 2017 contra um saldo de R\$ 173.139 em 31 de dezembro de 2016.

19.1 Fornecedores – “Confirming”

Em 2016, a Controlada Lojas Riachuelo firmou convênio com o banco Santander a operação de “confirming” para gerir seus compromissos com os fornecedores, as quais permanecem nesta rubrica até a extinção da obrigação. Nesta operação, os fornecedores transferem o direito de recebimento dos títulos das vendas de produtos para o banco Santander.

					Consolidado	
Modalidade	Taxa média (%)	Base	Estrutura taxa média (%)	Vencimento	31/12/2017	31/12/2016
Em moeda nacional						
Fornecedor - "Confirming"	1,95 a.m.	2,8 meses	Desconto	2018	72.395	74.481
Total Geral					72.395	74.481

20 Empréstimos e financiamentos

Moeda Nacional							
Juros de	Nota	Instituição Financeira	Vencimento	Controladora		Consolidado	
				2017	2016	2017	2016
102,00% CDI	(a)	Diversos - Midway S.A. CFI	Até 2018	-	-	2.193	37.480
105,00% CDI	(a)	Diversos - Midway S.A. CFI	Até 2018	-	-	21.833	85.919
110,00% CDI	(a)	Diversos - Midway S.A. CFI	Até 2018	-	-	62.653	-
115,00% CDI	(a)	Diversos - Midway S.A. CFI	Até 2018	-	-	4.625	-
2,9% a 9,7% a.a. pré-fixada	(b)	Diversos - Guararapes	Até 2017	198	198	198	198
1,42% a 4,08% a.a. mais TJLP/Selic	(c)	BNDES - Lojas Riachuelo	Até 2019	-	-	54.171	105.656
1,42% a 4,08% a.a. mais TJLP/Selic	(c)	BNDES - Lojas Riachuelo	Até 2021	-	-	191.250	194.441
1,42% a 4,08% a.a. mais TJLP/Selic	(c)	BNDES - Lojas Riachuelo	Até 2022	-	-	112.547	164.145
1,42% a 4,52% a.a. mais TJLP/Selic	(c)	BNDES - Midway Shopping	Até 2017	-	-	-	222
3,50% a.a.		BNDES - Guararapes	Até 2021	775	1.027	775	1.027
4,50% a.a.		BNDES - Guararapes	Até 2017	-	89	-	89
4,50% a.a.		BNDES - Midway Shopping	Até 2017	-	-	-	8
4,50% a.a.	(c)	BNDES - Lojas Riachuelo	Até 2019	-	-	-	516
5,00% a.a.	(c)	BNDES - Lojas Riachuelo	Até 2018	-	-	213	577
5,50% a.a.	(c)	BNDES - Lojas Riachuelo	Até 2019	-	-	5.660	8.894
1,42% a 4,52% a.a. mais TJLP/Selic	(d)	BNDES - Guararapes	Até 2019	3.516	6.630	3.516	6.630
1,42% a 4,52% a.a. mais TJLP/Selic	(d)	BNDES - Guararapes	Até 2021	540	709	540	709
3,00% a.a.	(e)	BRADESCO - Lojas Riachuelo	Até 2023	-	-	30.727	36.579
3,50% a.a.		SANTANDER - Lojas Riachuelo	Até 2018	-	-	233	544
3,50% a.a.	(c)	BNDES - Lojas Riachuelo	Até 2021	-	-	14.337	25.621
4,00% a.a.		BNDES - Lojas Riachuelo - SAFRA	Até 2018	-	-	455	911
4,00% a.a.		BNDES - Transp. Casa Verde	Até 2019	-	-	887	1.661
				5.029	8.653	506.813	671.827
Moeda Estrangeira - Dólar							
4,08% a.a mais variação cambial (*)	(a)	SANTANDER - Midway S.A. CFI	Até Jan/2017	-	-	-	136.058
3,545% a.a mais variação cambial (*)	(a)	SANTANDER - Midway S.A. - CFI	Até Mar/2017	-	-	-	94.446
4,36% a.a mais variação cambial (*)	(c)	BRADESCO - Lojas Riachuelo	Até mar/2017	-	-	-	156.366
2,81% a.a mais variação cambial (*)	(c)	ITAU - Lojas Riachuelo	Até Jan/2017	-	-	-	175.641
				-	-	-	562.511
Total				5.029	8.653	506.813	1.234.338
Circulante				2.994	3.881	234.052	828.547
Não-circulante				2.035	4.772	272.761	405.791

- (a) Corresponde aos empréstimos tomados pela Midway Financeira, junto às pessoas físicas e jurídicas com juros variando de 102% a 115% do CDI com a finalidade de elevar seus níveis de capital de giro.
- (b) Estão representados pelos financiamentos celebrados entre a Companhia e as instituições financeiras Bradesco S.A. e Banco do Brasil S.A., referentes aos incentivos do ICMS (PROADI no Rio Grande do Norte e PROVIN no Ceará).
- (c) Recursos utilizados para o capital de giro na expansão, reforma e aquisição de equipamentos da rede de lojas da controlada Lojas Riachuelo.
- (d) Recursos liberados à Companhia para ampliação da unidade de Fortaleza/CE e a construção do prédio em Natal/RN onde está instalada o "Call Center" da Lojas Riachuelo.
- (e) Aquisição de aeronave.

Todos os contratos firmados pela Companhia direto com o BNDES têm aval dos acionistas controladores e possuem vencimentos previstos até 2021. Os contratos das controladas com o BNDES e o Santander tem como fiadora a Companhia. Os empréstimos com o Bradesco pelas controladas tem a garantia de Nota Promissória.

Covenants

Os índices das cláusulas contratuais restritivas - “covenants” para o BNDES são calculados anualmente sobre as demonstrações financeiras consolidadas, e no exercício findo em 31 de dezembro de 2017, a Companhia e suas controladas cumpriram com os respectivos “covenants”, e estão apresentadas a seguir:

- Manter a margem EBITDA Adaptada(*) não inferior a 12%. A margem EBITDA Adaptada(*) corresponde ao somatório de EBITDA com as receitas financeiras, dividido pela receita líquida. Todas as premissas para o cálculo da margem EBITDA Adaptada são estabelecidas pelo BNDES, conforme cláusulas contratuais. Em 31 de dezembro de 2017, a margem EBITDA Adaptada era de 20,37%;
- A relação Dívida Líquida/Ativo Total deve atender a um índice de até 33%. Em 31 de dezembro de 2017, a relação era de 9,60%;
- Controlar a liquidez corrente num índice mínimo de 1,10. Em 31 de dezembro de 2017, a liquidez corrente era de 1,77.

(*) Termo e metodologia utilizados de acordo com as condições contratuais estabelecidas entre a Companhia e a instituição financeira.

As mutações dos empréstimos e financiamentos estão assim apresentadas:

	Controladora		Consolidado	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Saldo em 31 de dezembro de 2015	4.736	8.340	836.498	581.579
Captações	1.035	-	390.214	327.112
Juros e variação cambial	907	-	(2.050)	-
Transferências	3.568	(3.568)	502.900	(502.900)
Amortização de Juros	(790)	-	(40.412)	-
Pagamento de principal	(5.575)	-	(858.603)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2016	3.881	4.772	828.547	405.791
Captações	1.013	-	146.188	10.023
Juros e variação cambial	550	-	90.039	-
Transferências	2.737	(2.737)	143.053	(143.053)
Custos dos empréstimos a amortizar	-	-	(3.522)	-
Custos dos empréstimos amortizado	-	-	803	-
Amortização de Juros	(501)	-	(17.709)	-
Pagamento de principal	(4.686)	-	(953.347)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2017	2.994	2.035	234.052	272.761

Os vencimentos da parcela registrada no passivo não circulante estão demonstrados como segue:

Ano de Vencimento	Controladora	Consolidado
2019	1.574	113.975
2020	426	96.550
2021	35	37.942
2022	-	22.833
2023	-	1.461
	2.035	272.761

I - Valor justo dos empréstimos

A Companhia e as controladas Lojas Riachuelo e Midway Financeira, optaram por adotar a opção prevista no CPC 38 – Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração, de mensurar os empréstimos obtidos, junto ao Bradesco, Santander e Itaú, pelo seu valor justo (*“fair value option”*), considerando sua política de gerenciamento de risco financeiro, tendo em vista que a controladora e as controladas sofreram em seus resultados os efeitos entre o descasamento da contabilização dos empréstimos a custo amortizado e o cálculo das transações para proteção cambial a valor justo.

21 Debêntures

Em reunião do Conselho Administrativo realizada em 10 de junho de 2016, foi aprovada a primeira emissão em 15 de junho de 2016 de debêntures em série única no valor de R\$ 200 milhões, da espécie quirografária com garantia fidejussória pela controlada Lojas Riachuelo S.A., sem direito a conversão em ações, com oferta pública e esforços restritos de distribuição, com vencimento em 36 meses a contar da data de emissão, amortizável em 3 (três) parcelas anuais e pagamentos semestrais de juros. No dia 22 de dezembro de 2016 foi realizada a reunião do Conselho de Administração aprovando a segunda emissão de debêntures em duas séries, sendo de R\$ 300 milhões a primeira série e de R\$ 175 milhões a segunda série.

Características da oferta das debêntures:

Debêntures	1ª Emissão	2ª Emissão	2ª Emissão
Série	Única	1ª série	2ª série
Quantidade de títulos emitidos	200.000	300.000	175.000
Valor total	R\$ 200.000.000,00	R\$ 300.000.000,00	R\$ 175.000.000,00
Remuneração	118,50% do CDI	112,20% (1ª Série) do CDI	113,10% (2ª Série) do CDI
Pagamento de juros	Semestrais	12 e 24 meses após emissão	18 e 24 meses após emissão
Data da emissão	15 de junho de 2016	2 de janeiro de 2017	2 de janeiro de 2017
Vencimento	15 de junho de 2019	2 de janeiro de 2019	2 de janeiro de 2019

Moeda nacional	Instituição Financeira	Vencimento	Consolidado	
Juros de			31/12/2017	31/12/2016
118,50% do CDI	SAFRA - Lojas Riachuelo	15/06/2019	133.710	201.326
113,10% do CDI	BRABESCO - Lojas Riachuelo	02/01/2019	194.657	-
112,20% do CDI	ITAÚ - Lojas Riachuelo	02/01/2019	333.415	-
	Custos a apropriar		(2.305)	-
			659.477	201.326
Circulante			322.074	67.993
Não Circulante			337.403	133.333

As movimentações das debêntures estão assim apresentadas:

	Consolidado	
	Circulante	Não Circulante
Saldo em 31 de dezembro de 2015	-	-
Captações	-	200.000
Juros	16.571	-
Transferências	66.667	(66.667)
Pagamento de juros	(15.245)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2016	67.993	133.333
Captações	-	475.000
Juros	72.729	-
Transferências	270.930	(270.930)
Custo das Debentures a amortizar	(3.310)	-
Custo das Debentures amortizado	1.005	-
Pagamento de juros	(20.606)	-
Pagamento de principal	(66.667)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2017	322.074	337.403

Os vencimentos da parcela registrada no passivo circulante e não circulante estão demonstrados como segue:

Vencimento	2017
2019	337.403
Total	337.403

Covenants

Manter o do Índice Financeiro igual ou inferior a 2,5 (dois inteiros e cinco décimos).

- “Índice Financeiro” significa o índice correspondente à razão entre Dívida Líquida e EBITDA Ajustado a ser acompanhado anualmente pelo Agente Fiduciário, com base nas Demonstrações Financeiras Consolidadas relativas a 31 de dezembro de 2017 em diante;

II. “Dívida Líquida” significa, com base nas Demonstrações Financeiras Consolidadas, o somatório, sem duplicação, de (a) todo endividamento bancário líquido das operações de *hedge (swap)*; (b) todas as obrigações oriundas de operações de mercados de capitais local e internacional; (c) todas as garantias de dívidas de terceiros; subtraído de tal somatório o valor de suas disponibilidades (caixa e aplicações financeiras); e

III. “EBITDA ajustado” significa, com base nas demonstrações financeiras consolidadas relativas aos 12 (doze) meses imediatamente anteriores ao encerramento do exercício anual, em linha com a Instrução CVM 527, o lucro líquido, acrescido dos tributos sobre o lucro, das despesas financeiras líquidas, das receitas financeiras e das depreciações, amortizações e exaustões, “Incentivo Fiscal de IR”, considerando que a Companhia opta por utilizar o EBITDA ajustado por entender que o ajuste referente ao “Incentivo Fiscal de IR” contribui para a geração bruta de caixa, já que não representa desembolso efetivo.

O índice apurado em 31 de dezembro 2017 sobre as demonstrações financeiras consolidadas do Grupo foi de 0,65 (1,39 em 2016), estando inferior ao máximo pactuado.

22 Certificados de recebíveis imobiliários

Em 26 de julho de 2016, a Companhia emitiu certificados de recebíveis imobiliários sem garantia real no valor de R\$ 150 milhões atualizados pela taxa final de 99,5% da Taxa DI, com pagamentos de 10 parcelas semestrais, sendo a última em 12 de agosto de 2021. Os recursos obtidos serão utilizados para reforçar o capital de giro do Grupo. Os gastos com a emissão de certificados de recebíveis imobiliários estão registrados como redutores no passivo, os quais estão sendo apropriados ao resultado mensalmente.

Juros de	Instituição Financeira	Vencimento final	Controladora e Consolidado	
			31/12/2017	31/12/2016
99,5% do CDI	GAIA Securitizadora	12/08/2021	133.396	154.978

Descrição	Controladora e Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016
Saldo Inicial	154.978	-
Certificados de recebíveis imobiliários	-	150.000
(-) Gastos com CRI a amortizar	-	(3.780)
Gastos amortizados	756	315
Juros sobre CRI	13.751	8.443
Pagamento de juros	(6.089)	-
Amortização do principal	(30.000)	-
Saldo Final	133.396	154.978
Circulante	24.874	34.978
Não Circulante	108.522	120.000

Os vencimentos da parcela registrada no passivo não circulante estão demonstrados como segue:

Vencimento	Posição em 31/12/2017
2019	29.198
2020	35.714
2021	43.610
	108.522

23 Salários, provisões e contribuições sociais

	Controladora		Consolidado - Reapresentado	
	2017	2016	2017	2016
Provisão de férias e encargos	12.230	12.963	96.878	93.128
Salários a pagar	28	8	5.975	3.948
FGTS a recolher	2.343	2.327	9.023	8.211
INSS a recolher	4.173	6.585	29.917	31.415
PIS a recolher	160	481	7.192	10.264
COFINS a recolher	785	2.337	34.977	49.108
Encargos de rescisão	62	1.543	62	1.543
Participações nos lucros	3.673	1.600	135.062	49.629
Outros	137	156	7.093	7.346
	<u>23.591</u>	<u>28.000</u>	<u>326.179</u>	<u>254.592</u>

24 Obrigações com administradores de cartões

A controlada Lojas Riachuelo, por meio da Midway Financeira, oferece o cartão embandeirado aos seus clientes com as bandeiras Visa e Mastercard. O saldo de R\$ 857.482 em 31 de dezembro de 2017 (R\$ 698.652 em 31 de dezembro de 2016) representa as contas a pagar com as adquirentes de cartão de crédito, decorrentes da utilização, pelos seus clientes, do cartão “co-branded” em transações de compra de produtos no varejo em geral, as quais são repassadas as respectivas adquirentes em um prazo de 27 dias da data da transação.

Houve reapresentação do saldo desta conta em 2016 devido a valores na Controlada Midway Financeira que estavam provisionados para pagamento referente a anos anteriores, que foram reconciliados em 2017.

25 Provisões para riscos trabalhistas, fiscais e cíveis

A Companhia e suas controladas direta e indireta são partes envolvidas em processos cíveis, trabalhistas e tributários em andamento, que envolvem responsabilidades contingentes. A Administração, com base na opinião de seus assessores jurídicos, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas com as ações em curso, como segue:

(a) Composição do saldo

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Provisão por natureza				
Trabalhistas	-	-	37.648	31.419
Fiscais (*)	2.220	110.625	88.669	231.362
Cíveis	-	-	19.165	17.593
Processuais	<u>11.950</u>	<u>8.823</u>	<u>11.950</u>	<u>8.823</u>
	14.170	119.448	157.432	289.197
Depósito judicial				
Fiscais	<u>(2.392)</u>	<u>(113.012)</u>	<u>(2.392)</u>	<u>(113.012)</u>
Total	<u>11.778</u>	<u>6.436</u>	<u>155.040</u>	<u>176.185</u>

(*) Provisões para ativos contingentes.

(b) Mapa de movimentação do saldo

A movimentação da provisão para riscos trabalhistas, fiscais e cíveis é a seguinte:

	Controladora			
	Fiscal	Cível	Depósito	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2015	104.913	6.422	(103.215)	8.120
Constituições	1.034	2.401	-	3.435
Pagamentos	(3.173)	-	-	(3.173)
Encargos	7.851	-	(9.797)	(1.946)
Saldo em 31 de dezembro de 2016	110.625	8.823	(113.012)	6.436
Constituições	-	3.127	-	3.127
Reversão	(110.121)	-	-	(110.121)
Transferência ativo	-	-	110.121	110.121
Encargos	1.716	-	499	2.215
Saldo em 31 de dezembro de 2017	2.220	11.950	(2.392)	11.778

	Consolidado				
	Fiscal	Trabalhista	Cível	Total	Depósito
Saldo em 31 de dezembro de 2015	181.578	3.290	23.002	207.870	(103.215)
Constituição/reversão	42.704	24.065	15.961	82.730	-
Pagamento	(3.173)	(813)	(10.145)	(14.131)	-
Encargos	7.851	-	-	7.851	(9.797)
Transferência (*)	-	4.877	-	4.877	-
Saldo em 31 de dezembro de 2016	228.960	31.419	28.818	289.197	(113.012)
Constituição/reversão	58.806	6.229	(830)	64.205	-
Baixa	(197.666)	-	-	(197.666)	-
Encargos	1.716	-	-	1.716	499
Transferência (**)	-	-	-	-	110.121
Saldo em 31 de dezembro de 2017	91.816	37.648	27.988	157.452	(2.392)

(*) Valor incluído no item Outros passivos em 31 de dezembro de 2016 referente a Passivos trabalhista da Midway Financeira, que reclassificamos o item Provisão para riscos trabalhistas, a partir de janeiro de 2016.

(**) Valor transferido para depósitos judiciais no ativo. Baixa de provisão conforme Nota Explicativa nº 25.c.1.1.

(c) Processos tributários**(c.1) Controladora****(c.1.1) Processos de natureza fiscal provisionados**

A Companhia possui ações questionando a cobrança do valor da contribuição do INCRA e a inclusão de verbas indenizatórias na base de cálculo da contribuição previdenciária. Em 31 de dezembro de 2017, a provisão totalizava R\$ 2.220. Há depósito judicial de R\$ 2.392.

A Companhia mantém ainda provisão para perdas processuais (trabalhistas e cíveis) no montante de R\$ 11.950 em 31 de dezembro de 2017 (R\$ 8.823 em 31 de dezembro de 2016).

- ICMS na base de cálculo do PIS e da COFINS

A Controladora, considerando o parecer favorável de seus advogados avaliando como possível a perda, relativo à exclusão do ICMS na base de cálculo do PIS e da COFINS, especialmente em decorrência da decisão proferida pelo STF (RE nº 574.706), em março de 2017 reverteu a provisão que vinha sendo constituída desde o ano de 2007, quando obteve medida liminar suspendendo a exigibilidade dos valores questionados. Controladora e controlada Lojas Riachuelo, amparadas por novas decisões liminares, vêm

apurando e recolhendo mensalmente estes tributos com a exclusão do ICMS em suas bases de cálculo e sem a constituição de provisão.

A Administração aguarda o julgamento pelo STF dos embargos declaratórios opostos pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional versando especialmente sobre a modulação de efeitos da decisão proferida em março do corrente ano, para estimar o valor do crédito tributário a recuperar, bem como avaliar de mais efeitos passados e futuros dessa decisão.

Os assessores tributários da Companhia consideram como possível a perda desta.

<u>Provisionado</u>	<u>Provisão</u>	<u>Depósito Judicial</u>	<u>Líquido</u>
INCRA/INSS	2.220	(2.392)	(172)
Processuais	11.950	-	11.950
Total em 31 de dezembro de 2017	<u>14.170</u>	<u>(2.392)</u>	<u>11.778</u>

<u>Provisionado</u>	<u>Provisão</u>	<u>Depósito Judicial</u>	<u>Líquido</u>
Processo 2007.84.00.001176-6 - PIS/COFINS sobre ICMS	108.405	(110.625)	(2.220)
INCRA/INSS	2.220	(2.387)	(167)
Processuais	8.823	-	8.823
Total em 31 de dezembro de 2016	<u>119.448</u>	<u>(113.012)</u>	<u>6.436</u>

(c.1.2) Processos de natureza fiscal não provisionados

- Processos 16707.003570/2005-57, 10469.725077/2011-11 e 10469.724403/2014-16 - Lucro da Exploração

A Companhia sofreu autos de infração lavrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil, tendo como objeto a não exclusão das receitas de alugueis da base de cálculo do lucro da exploração, no período de 2001 a 2004, de 2006 a 2009 e de 2010 a 2011, cujos valores históricos montam respectivamente a R\$ 111.775, R\$ 29.992 e R\$ 79.778. Os valores envolvidos nas discussões atualizados até 31 de dezembro de 2017 representam R\$ 258.138 (R\$ 234.842 em 31 de dezembro de 2016), devidamente garantido mediante apólice de seguro garantia, R\$ 52.219 (R\$ 47.507 em 31 de dezembro de 2016) e R\$ 116.106 (R\$ 106.174 em 31 de dezembro de 2016).

A Administração do Grupo entende, conforme pareceres de tributaristas e dos advogados que acompanham esses processos, que a possibilidade de perda é remota e, assim, nenhuma provisão foi constituída.

c.1.3) Ação Civil Pública do Ministério Público do Trabalho não provisionado

- Processo 0000694-45.2017.5.21.0007

A Companhia recebeu a Ação Civil Pública do Ministério Público do Trabalho requerendo a contratação, pela Guararapes, dos funcionários das oficinas de costura (empresas prestadoras de serviços) e uma indenização por danos morais coletivos no valor de R\$ 37,7 milhões, reversível ao Fundo de Amparo ao Trabalho – FAT ou entidades públicas ou privadas de reconhecido valor social indicadas pelo Ministério Público do Trabalho. O departamento jurídico da Companhia e assessores classificam o risco como remoto, sendo assim não foi constituída nenhuma provisão.

(c.2) Consolidado

(c.2.1) Processos de natureza fiscal provisionados

- Salário Educação - Ação Ordinária

A Controlada Lojas Riachuelo ingressou com Ação Ordinária nº 97.0034561-0 a fim de questionar a

constitucionalidade da contribuição do salário-educação. No entanto, o Supremo Tribunal Federal – STF, por meio da Súmula 732, julgou constitucional a cobrança da contribuição e o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE procedeu a lavratura de Autos de Infração os quais foram impugnados em razão da decadência ocorrida em parte do período objeto da autuação. O valor da provisão atualizado com aplicação de multa e juros montaa R\$ 3.291 (R\$ 2.765 em 31 de dezembro de 2016).

- PIS e COFINS – Créditos sobre venda de eletrônicos - Lei do Bem nº 11.196/05

A Controlada Lojas Riachuelo obteve o deferimento de medida liminar em 2016, reestabelecendo o benefício previsto na Lei do Bem nº 11.196/05, suspendendo a exigibilidade de PIS e COFINS na venda de produtos eletrônicos, que havia sido revogada através da Medida Provisória nº 690/2015 convertida na Lei nº 13.241/15. Em maio de 2017, houve acórdão pelo TRF que julgou improcedente a ação, revogando a liminar, cujos valores passaram a ser apurados e depositados mensalmente em juízo. Em 31 de dezembro de 2017, o total provisionado foi de R\$ 63.537 (R\$ 23.710 em 31 de dezembro de 2016).

(c.2.2) Processos de natureza trabalhista e cível provisionados

Os principais temas abordados nos processos trabalhistas versam sobre horas extras, adicionais de periculosidade e insalubridade, equiparação salarial e verbas rescisórias, entre outros. Os processos cíveis correspondem principalmente a processos envolvendo pleitos de indenização por perdas e danos, inclusive morais, oriundos de seus clientes.

A provisão para esses processos é constituída em montante considerado suficiente para cobrir as perdas esperadas com as ações em curso. Os assessores jurídicos internos do grupo fazem a análise individual dos processos, levando em consideração o risco de perda e também se baseando em experiências anteriores referentes aos valores reivindicados e efetivamente liquidados.

A controlada indireta Midway Financeira, possui processos de natureza cível e trabalhista, cuja provisão constituída em 31 de dezembro de 2017 é de R\$ 37.149 (R\$ 28.282 em 31 de dezembro de 2016). A controlada Lojas Riachuelo possui em 31 de dezembro de 2017, um valor de R\$ 19.664 (R\$ 23.132 em 31 de dezembro de 2016) e na Guararapes Confecções R\$ 11.950 em 31 de dezembro de 2017 (R\$ 8.823 em 31 de dezembro de 2016) de provisão de natureza trabalhista e cível, totalizando R\$ 68.762 (R\$ 60.237 em 31 de dezembro de 2016).

<u>Provisionado</u>	Consolidado		
	Provisão	Depósito Judicial	Líquido
INCRA/INSS	2.220	(2.392)	(172)
Salario-Educação	3.291	-	3.291
PIS/COFINS - Lei do Bem	63.537	-	63.537
PIS/COFINS - Créditos	19.622	-	19.622
Processos de natureza trabalhista e cível	68.762	-	68.762
Total em 31 de dezembro de 2017	<u>157.432</u>	<u>(2.392)</u>	<u>155.040</u>

<u>Provisionado</u>	Consolidado		
	Provisão	Depósito Judicial	Líquido
Processo 2007.84.00.001176-6 PIS/COFINS sobre o ICMS	108.405	(110.625)	(2.220)
INCRA/INSS	2.220	(2.387)	(167)
Salario-Educação	2.765	-	2.765
PIS/COFINS - Lei do Bem	23.710	-	23.710
PIS/COFINS - Créditos	91.860	-	91.860
Processos de natureza trabalhista e cível	60.237	-	60.237
Total em 31 de dezembro de 2016	<u>289.197</u>	<u>(113.012)</u>	<u>176.185</u>

(c.2.3) Processos possíveis

A Lojas Riachuelo possui em 31 de dezembro de 2017, processos tributários no montante de R\$ 360.789 (R\$ 252.059 em 31 de dezembro de 2016), para os quais seus assessores jurídicos classificam a possibilidade de perda como possível, mas não provável, portanto não provisionados, conforme determinam as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas do IFRS. Os principais processos estão descritos a seguir:

- PIS “Semestralidade”

A Controlada Lojas Riachuelo possui autuações relativas a compensações realizadas com base em decisões judiciais favoráveis já transitadas em julgado versando sobre a constitucionalidade dos Decretos –Lei 2445/88 e 2449/88. Os processos estão em discussão na esfera administrativa e judicial e o montante envolvido com a aplicação de juros e mora equivale a R\$ 36.537 (R\$ 24.736 em 31 de dezembro de 2016).

- PIS/COFINS – Não Cumulatividade

A Controlada Lojas Riachuelo realizou a tomada de créditos de PIS e COFINS sob o regime não-cumulativo de apuração, os quais foram glosados pela Secretaria da Receita Federal – SRF mediante a lavratura de autos de infração que se encontram pendentes de julgamento na esfera administrativa e cujo valor exigido com a aplicação de juros e mora monta a R\$ 155.810 (R\$ 143.273 em 31 de dezembro de 2016).

- PIS/COFINS/II

A Controlada Lojas Riachuelo foi autuada em virtude de suposta divergência na base de cálculo do PIS, da COFINS e do Imposto de Importação (II) nas operações de importações de mercadorias, cujo valor exigido com a aplicação de juros e mora monta a R\$ 34.759 (R\$ 30.764 em 31 de dezembro de 2016 R\$ 30.764). A discussão aguarda julgamento na esfera administrativa.

- Contribuições Previdenciárias

A Controlada Lojas Riachuelo possui autuação em virtude de suposta divergência no pagamento das contribuições previdenciárias incidentes sobre o programa de participação nos lucros e resultados da empresa – PLR. A discussão está na fase administrativa e o valor envolvido com a aplicação de juros e mora monta a R\$ 15.721 (R\$ 14.313 em 31 de dezembro de 2016).

- ICMS – Base de Cálculo

A Controlada Lojas Riachuelo sofreu autuações por parte da Fazenda do Estado da Bahia em decorrência de suposta divergência na base de cálculo do ICMS nas operações de transferências entre Centro de Distribuição e Filiais. Os processos em aberto em 2017 que estão em discussão nas esferas administrativa e judicial e o montante envolvido com a aplicação de juros e mora equivale a R\$ 6.526 (R\$ 9.878 em 31 de dezembro de 2016).

- ICMS – Diversos

A Controlada Lojas Riachuelo possui autuações por parte dos Fiscos Estaduais envolvendo seus diversos estabelecimentos relacionadas a antecipação tributária, supostas divergências de estoques e creditamento indevido, sendo que os processos estão nas fases administrativa e judicial. O montante envolvido com a aplicação de juros e multa de mora monta R\$ 36.541 (R\$ 32.923 em 31 de dezembro de 2016).

- ICMS – Importação

A Controlada Lojas Riachuelo possui discussão judicial relativa ao creditamento de ICMS em operação de importação, devidamente garantida por fiança bancária, atualmente aguardando julgamento. O montante envolvido com a aplicação de juros e multa de mora equivale a R\$ 41.001 (R\$ 30.764 em 31 de dezembro de 2016).

(d) Depósitos judiciais

Os tributos e as obrigações trabalhistas discutidos nas esferas administrativas e judiciais garantidos por depósitos judiciais são demonstrados como segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
ICMS - Execução fiscal (*)	-	-	5.596	5.596
Fiscal/INSS	807	807	1.361	1.381
PIS/COFINS - ICMS	114.926		114.926	
PIS/COFINS - MP do bem			57.916	
Cível/Trabalhista	5.880	5.274	12.037	9.427
Outros Depósitos	-	-	915	890
	<u>121.613</u>	<u>6.081</u>	<u>192.751</u>	<u>17.294</u>

(*) ICMS - Execução fiscal: tendo por exequente a Fazenda do Estado Rio de Janeiro. Em setembro de 2009, foi ajuizada execução fiscal contra Lojas Riachuelo que tramita perante a 11ª Vara da Fazenda Pública daquele Estado sob o nº 2009.001.228723-0, visando à cobrança do valor de R\$5.596 a título de ICMS decorrente de divergências de estoque. A controlada, apoiada pelos seus assessores jurídicos internos, decidiu não provisionar esse encargo tendo em vista que a probabilidade de perda desse processo foi avaliada como possível.

Mapa de movimentação do saldo

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2015	4.797	14.251
Depósitos	3.036	6.238
Baixa de depósito	(1.752)	(3.195)
Saldo em 31 de dezembro de 2016	<u>6.081</u>	<u>17.294</u>
Depósitos	3.007	64.190
Baixa de depósito	(2.401)	(3.659)
Juros	4.805	4.805
Transferência	110.121	110.121
Saldo em 31 de dezembro de 2017	<u>121.613</u>	<u>192.751</u>

26 Imposto de renda e contribuição social

Impostos diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre os prejuízos fiscais do imposto de renda, a base negativa de contribuição social e as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras. As alíquotas desses impostos, definidas atualmente para determinação dos tributos diferidos, são de 25 % para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social (20% para a Midway Financeira).

O efeito dos impostos diferidos ativos e passivos está apresentado como segue:

	Controladora			Consolidado		
	2017	2016	2016	2017	2016	2016
		Publicado	Reapresentado		Publicado	Reapresentado
Imposto de renda sobre prejuízo fiscal	30.262	-	-	223.170	215.688	215.672
Contribuição social sobre base negativa	10.895	-	-	80.341	77.648	77.642
	41.157	-	-	303.511	293.336	293.314
Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre diferenças temporárias:						
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	427	-	-	157.920	150.813	150.779
Provisão para contingências e impostos a recolher	755	-	-	64.295	130.623	87.741
Custo atribuído	(73.548)	(75.725)	(75.725)	(73.548)	(75.725)	(75.725)
Diferença de taxa de depreciação	(18.457)	-	(16.445)	(34.404)	(21.255)	(37.700)
Outras provisões temporárias	10.165	47.155	47.155	65.921	32.617	75.556
	<u>(39.501)</u>	<u>(28.570)</u>	<u>(45.015)</u>	<u>483.695</u>	<u>510.409</u>	<u>493.965</u>
Ativo não circulante	-	-	-	483.695	510.409	493.965
Passivo não circulante	<u>(39.501)</u>	<u>(28.570)</u>	<u>(45.015)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
	<u>(39.501)</u>	<u>(28.570)</u>	<u>(45.015)</u>	<u>483.695</u>	<u>510.409</u>	<u>493.965</u>

Imposto de renda e contribuição social diferidos - Ativo

	Controladora				Consolidado	
	2017	2016	2016		2016	2016
	Publicado	Reapresentado			Publicado	Reapresentado
Imposto de renda e contribuição social sobre prejuízos fiscais	41.157	-	-	303.511 (a)	293.336	293.314
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	427	-	-	157.920	150.813	150.779
Provisão para riscos trabalhista, fiscais e cíveis e impostos a recolher	755	37.588	37.588	64.295	163.240	87.741
Diferenças temporais - CPC	-	5.462	-	-	-	-
Diferenças temporais - Provisão	10.165	4.105	9.567	65.922	-	75.556
	<u>52.504</u>	<u>47.155</u>	<u>47.155</u>	<u>591.648 (b)</u>	<u>607.389</u>	<u>607.390</u>

(a) O valor de R\$ 303.511, registrado em 31 de dezembro de 2017, é composto por: R\$ 262.025 da Lojas Riachuelo; R\$ 329 da Transportadora Casa Verde e R\$ 41.157 da Companhia.

(b) O valor de R\$ 591.648, registrado em 31 de dezembro de 2017, é composto por: R\$ 353.878 da Lojas Riachuelo; R\$ 184.673 da Midway Financeira; R\$ 593 da Transportadora Casa Verde e R\$ 52.504 da Companhia.

A expectativa de realização está assim apresentada:

	Controladora	Consolidado
	2017	2017
2018	6.150	36.806
2019	6.723	29.914
2020	7.279	42.074
2021	8.441	59.055
2022	9.771	64.266
2023	<u>2.793</u>	<u>71.396</u>
	<u>41.157</u>	<u>303.511</u>

As controladas, fundamentadas na expectativa de geração de lucros tributáveis que tomou como base as projeções de rentabilidade futura e o limite de 30% do lucro tributável para compensação anual, conforme legislação vigente, registraram em suas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2017, o ativo fiscal diferido decorrente de prejuízo fiscal.

Para os impostos de rendas e contribuições sociais diferidos, referente a provisão para créditos de liquidação duvidosas e demais despesas com efeitos temporais, não foram realizados o escalonamento de realização tendo em vista que sua realização não tem data previstas. Nos casos de provisão para as contingências fiscais, trabalhistas e cíveis também a data da realização é incerta, pois depende do resultado do julgamento por parte das esferas administrativas e judiciais.

Imposto de renda e contribuição social diferidos – Passivo

	Controladora			Consolidado		
	Publicado	Reapresentado		Publicado	Reapresentado	
Imposto de renda e contribuição social diferido sobre a adoção aos IFRS e CPCs	2017	2016	2016	2017	2016	2016
Custo Atribuído	73.548	75.725	75.725	73.548	-	75.725
Diferença de taxas de depreciação	18.457	-	16.445	34.404	96.980	37.700
	<u>92.005</u>	<u>75.725</u>	<u>92.170</u>	<u>107.952</u>	<u>96.980</u>	<u>113.425</u>

	Controladora			Consolidado		
	2017	2016	2016	2017	2016	2016
Ajuste de avaliação patrimonial sobre a adoção aos IFRS e CPCs						
Diferença de taxas de depreciação	54.285	-	48.368	101.188	-	110.882
Custo Atribuído	<u>216.318</u>	<u>222.724</u>	<u>222.724</u>	<u>216.318</u>	<u>285.238</u>	<u>222.724</u>
Base de cálculo	270.603	222.724	271.091	317.506	285.238	333.606
IR diferido à alíquota de 25%	67.651	55.680	67.772	79.377	71.309	83.401
CSLL diferida à alíquota de 9%	<u>24.354</u>	<u>20.045</u>	<u>24.398</u>	<u>28.575</u>	<u>25.671</u>	<u>30.024</u>
	<u>92.005</u>	<u>75.725</u>	<u>92.170</u>	<u>107.952</u>	<u>96.980</u>	<u>113.425</u>

Despesa com imposto de renda e contribuição social

As despesas do imposto de renda e da contribuição social dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016 estão reconciliadas às alíquotas nominais, como segue:

	Controladora	
	2017	2016
Lucro contábil antes do IR e CS	547.872	254.663
Alíquota nominal do IR e CS	34%	34%
IR e CS às alíquotas combinadas	(186.276)	(86.585)
Ajustes ao lucro que afetam o resultado do exercício:		
Adições (exclusões) temporárias:		
Prejuízo Fiscal	(41.157)	-
Equivalência patrimonial	132.387	(14.765)
Incentivos fiscais - IR	-	33.727
Incentivos fiscais - ICMS (a)	21.728	27.620
IR e CSLL sobre juros capital próprio	38.819	30.969
Créditos fiscais diferidos sobre as diferenças temporárias	5.979	6.046
Créditos fiscais diferidos sobre os efeitos da adoção dos CPCs - Custo Atribuído	1.547	8.163
Créditos fiscais diferidos sobre os efeitos da adoção dos CPCs - Vida Útil	(2.012)	-
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(393)	-
Despesas Inedutíveis	(1.966)	(1.855)
Tributos com exigibilidades suspensas	36.858	(1.942)
Recuperação de IRPJ e CSLL recolhidos a maior (b)	16.941	61.510
Imposto de renda e contribuição social no resultado (corrente e diferido)	22.455	62.888
Imposto de renda e contribuição social efetivos:		
Corrente	-	(12.831)
Recuperação de IRPJ e CSLL recolhidos a maior (b)	16.941	61.510
Diferido	5.514	14.209
	22.455	62.888
Saldo apurado a pagar	-	12.831
Pagamentos antecipados	5.281	(13.750)
Imposto de renda e contribuição social a recolher anterior	966	1.885
Imposto de renda e contribuição social a recolher	6.247	966

	Consolidado	
	2017	2016
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	775.776	275.495
Alíquota nominal - %	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social, nominais	(263.764)	(93.668)
Conciliação		
Diferença de alíquota nominal aplicada na controlada indireta Midway Financeira	(25.781)	(36.295)
Diferenças temporárias:		
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(12.157)	12.452
Incentivos Fiscais - IR	-	33.727
Incentivos Fiscais - ICMS (a)	21.728	27.620
IR e CSLL sobre juros do capital próprio	38.819	30.969
Despesas indedutíveis	4.645	(23.651)
Lucros nos estoques	5.998	635
Efeito do imposto de renda e da contribuição social sobre diferenças temporárias de exercícios	3.280	21.599
Créditos fiscais diferidos sobre os efeitos da adoção do CPCs - Custo Atribuído	1.547	7.158
Créditos fiscais diferidos sobre os efeitos da adoção do CPCs - Vida Útil	3.295	-
Recuperação de IRPJ e CSLL recolhidos a maior (b)	16.941	61.510
	<u>(205.449)</u>	<u>42.056</u>
Imposto de renda e contribuição social efetivos:		
Correntes	(208.367)	(209.147)
Recuperação de IRPJ e CSLL recolhidos a maior (b)	16.941	61.510
Diferidos	(14.023)	189.693
	<u>(205.449)</u>	<u>42.056</u>
Despesas com imposto de renda e contribuição social corrente	208.367	209.147
Pagamentos antecipados	(209.678)	(248.661)
Imposto de renda e contribuição social a recolher anterior	81.460	120.974
Imposto de renda e contribuição social a recolher	<u>80.149</u>	<u>81.460</u>

(a) A partir de 2016, a Companhia baseado em seus assessores tributários passaram a tratar os incentivos com ICMS (PROADI-RN e PROVIN-CE) como verbas de subvenção.

(b) Com base no novo tratamento dado aos incentivos fiscais do ICMS nos últimos 5 anos e no juro sobre capital próprio no cálculo do lucro da exploração em 2015, a Companhia realizou um levantamento dos valores recolhido a maior em 2016. A Companhia aplicou o mesmo tratamento dos juros sobre capital próprio no cálculo do lucro da exploração em 2013 e 2014, reconhecendo seu efeito em 2017.

A Companhia possui saldo credor de correção monetária especial, instituída pelo Artigo 2º da Lei nº 8.200/91, sujeito à tributação futura, no montante de R\$7.158 (em 31 de dezembro de 2016 - R\$ 7.640). Essa correção monetária foi registrada para os imóveis comerciais (Nota 17.1), e o imposto de renda é calculado e contabilizado de acordo com a realização desses bens, por depreciação ou alienação, nos termos da Instrução CVM nº 176/92. O imposto de renda e a contribuição social sobre o referido saldo no valor de R\$ 2.433 (em 31 de dezembro de 2016 - R\$ 2.597).

Os créditos diferidos do imposto de renda sobre o lucro líquido, apresentados no ativo não circulante, são calculados sobre as diferenças temporárias e sobre os prejuízos fiscais de imposto de renda e bases negativas de contribuição social e são contabilizados quando há expectativa provável de realização desses ativos em curto prazo, estando registrados pelas alíquotas que estão vigentes na época da sua realização.

27 Patrimônio líquido

27.1 Capital social

O capital social subscrito e integralizado, em 31 de dezembro de 2017 e em 31 de dezembro de 2016, está representado por 62.400.000 ações nominativas escriturais, sendo 31.200.000 ações ordinárias e 31.200.000 ações preferenciais, todas sem valor nominal.

Na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 12 de abril de 2016, foi autorizada a elevação do capital social da Companhia de R\$ 2.900.000 para R\$ 3.100.000, sem aumento de ações, mediante a capitalização de Reservas de Lucros no montante de R\$ 200.000.

Composição com destaque dos principais acionistas						
Acionista	Total	%	Escritural Ordinária	%	Escritural Preferencial	%
NEVALDO ROCHA	13.086.127	20,97	5.752.844	18,44	7.333.283	23,50
LISIANE GURGEL ROCHA	13.045.964	20,91	6.122.414	19,62	6.923.550	22,20
ELVIO GURGEL ROCHA	12.801.760	20,52	5.933.210	19,02	6.868.550	22,01
FLAVIO GURGEL ROCHA	12.701.759	20,35	5.833.209	18,70	6.868.550	22,01
OUTROS	10.764.390	17,25	7.558.323	24,22	3.206.067	10,28
TOTAL	62.400.000	100,00	31.200.000	100,00	31.200.000	100,00

O capital social da Companhia é dividido em:

- Ações ordinárias

Cada ação ordinária dá direito a 1 (um) voto nas deliberações da Assembleia Geral.

- Ações preferenciais

As ações preferenciais não têm direito a voto, mas gozam de prioridade na distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio, fixados pela Assembleia Geral dos Acionistas e no reembolso do capital, sem prêmio, em caso de liquidação da Companhia, além da vantagem de dividendos superiores às ações ordinárias em 10%, nos termos da Lei nº 10.303/01. Adicionalmente, as ações preferenciais estabelecem preferência para subscrição de ações da mesma classe, no aumento do capital social, na proporção do número de ações de cada acionista.

27.2 Dividendos e juros sobre capital próprio

A Administração da Companhia aprovou, em reuniões do Conselho de Administração realizadas em 23 de março de 2017, em 23 de junho de 2017 e em 22 de dezembro de 2017, a distribuição aos seus acionistas de juros sobre capital próprio, calculados com base na variação da Taxa de Juros a Longo Prazo (TJLP), no montante de R\$ 114.173, imputando-os ao valor do dividendo mínimo obrigatório.

Nas demonstrações financeiras da Companhia dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, apresentamos os cálculos dos juros sobre o capital próprio creditados nos respectivos exercícios. Entretanto em 2017, o cálculo dos dividendos mínimo obrigatório foi superior aos juros sobre capital próprio, conforme demonstrados a baixo.

Cálculo dos juros sobre capital próprio:

Descrição	2017	2016	2016
		Publicado	Reapresentado
Patrimônio líquido do exercício anterior	3.574.631	3.390.108	3.349.764
(-) Ajuste de avaliação patrimonial	(146.992)	(151.493)	(151.493)
Patrimônio líquido ajustado para o cálculo da JCP	3.427.639	3.238.615	3.198.271
Taxa de Juros a Longo Prazo - TJLP	3,33%	2,81%	2,85%
Juros sobre capital próprio bruto	114.173	91.085	91.085
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	(16.454)	(13.129)	(13.129)
Juros sobre capital próprio líquido a pagar	97.719	77.956	77.956
<u>Juros sobre capital próprio bruto por ação</u>			
Ações ordinárias - ON	1,7426	1,3902	1,3902
Ações Preferenciais - PN	1,9168	1,5292	1,5292

Demonstrativo dos cálculos dos dividendos sobre os resultados apurados em 2017 e 2016:

	2017	2016
Lucro líquido do exercício	570.327	317.551
Incentivo fiscal do imposto de renda	-	(33.727)
Incentivo fiscal do ICMS	(63.907)	(81.236)
Constituição de reserva legal	(25.321)	(10.129)
Base de cálculo do dividendo	481.099	192.459
Dividendo mínimo obrigatório	120.275	48.115
Dividendo proposto	157	-
Dividendo total proposto	120.432	48.115
Percentual sobre a base de cálculo - %	25,03	25,00

	Quantidade de ações	2017	2016
<u>Total de dividendos por tipo de ação:</u>			
Ordinária	31.200.000	57.408	22.912
Preferencial	31.200.000	63.024	25.203
		120.432	48.115

Dividendos por ação

Ações ordinárias - ON	1,84	0,73
Ações Preferenciais - PN	2,02	0,81

Comparação dos juros sobre capital próprio com a apuração dos dividendos:

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Dividendos apurados	120.432	48.115
Juros sobre capital próprio creditado	<u>(114.173)</u>	<u>(91.085)</u>
Excesso de Juros sobre capital próprio líquido ao dividendos apurados, ou complemento de dividendos	<u><u>6.259</u></u>	<u><u>(42.970)</u></u>

Em 31 de dezembro de 2017, foi constituído uma provisão de dividendos complementar obrigatório, tendo em vista que o mínimo obrigatório ficou acima dos juros sobre o capital próprio creditado no exercício de 2017. Nas demonstrações financeiras da Companhia em 31 de dezembro de 2016, refletem somente os juros sobre o capital próprio, tendo em vista que os juros foram superiores ao cálculo dos dividendos mínimo obrigatório demonstrado acima.

Demonstramos a movimentação dos juros sobre capital próprio a seguir:

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Saldo inicial	79.250	117.327
Juros sobre capital próprio - provisão	114.173	91.085
Pagamento de IRRF	(16.454)	(13.129)
Pagamentos de juros sobre capital proprio (*)	(77.672)	(116.033)
Prescrição de juros sobre capital proprio	<u>(398)</u>	<u>-</u>
Saldo final	<u><u>98.899</u></u>	<u><u>79.250</u></u>

(*) Do montante de Juros sobre capital próprio pago, R\$ 16.330 (R\$ 24.363 em 2016) do acionista majoritário foi transferido para partes relacionadas - contrato de mútuo.

Demonstramos a movimentação dos dividendos a seguir:

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Saldo inicial	256	785
Provisão de dividendos	6.259	-
Pagamento de Dividendos	(1)	-
Dividendos prescritos	<u>-</u>	<u>(529)</u>
Saldo final	<u><u>6.514</u></u>	<u><u>256</u></u>

Em conformidade com o Art. 4-A da Lei nº 6.474/76, as ações em circulação no mercado estão custodiadas no Banco Itaú S.A.

O saldo remanescente do lucro líquido do exercício de 31 de dezembro de 2017 de R\$ 365.111 (R\$ 105.875 em 31 de dezembro de 2016) foi transferido para uma reserva de lucros e será utilizado na modernização das fábricas e para aumento de capital de giro, conforme orçamento de capital a ser aprovado pela Assembleia Geral que deve ser realizada até 30 de abril de 2018.

27.3 Reservas de lucros

Reserva legal

A reserva legal é constituída com a destinação de 5% do lucro do exercício, até alcançar 20% do capital social, e sua utilização está restrita à compensação de prejuízos, após terem sido absorvidos os saldos de lucros acumulados e das demais reservas de lucros, e ao aumento do capital social a qualquer momento a critério da Companhia, o saldo atual em 31 de dezembro de 2017 é de R\$ 141.560.

Reserva de investimentos

Os lucros de 2017, após as apropriações da reserva legal, reserva de incentivos fiscais (SUDENE, PROADI e PROVIN) e a atribuição dos juros sobre capital próprio a serem distribuídos aos acionistas são transferidos para a conta de reserva para a realização de investimentos, a ser realizada de acordo com o orçamento de capital da Companhia, que deverá ser aprovado pela Assembleia Geral que deve ser realizada em 2018, o saldo atual em 31 de dezembro de 2017 é de R\$ 461.786.

O orçamento de capital da Companhia, com a justificativa de retenção de lucros para a reserva para investimentos propostos para o exercício de 2016, incluindo as fontes de recursos e aplicações de capital, foi aprovado na Assembleia Geral de 26 de abril de 2017.

Reserva de incentivos fiscais

Imposto de renda

A Companhia goza de incentivos fiscais do imposto de renda sobre o resultado auferido na comercialização de produtos de sua fabricação nas unidades fabris localizadas em Natal e Fortaleza. Esses incentivos, concedidos pela SUDENE, consistem na isenção ou redução de 75% de imposto de renda sobre resultados apurados em cada unidade fabril. O benefício foi prorrogado até o ano-base de 2026 conforme os laudos Constitutivos nºs. 1127/2017 e 1128/2017 emitidos pela SUDENE.

O incentivo fiscal do Imposto de renda vem sendo contabilizado diretamente à conta de imposto de renda no resultado, que, no exercício findo em 31 de dezembro de 2017 não foi apurado em razão de prejuízo fiscal apurado neste exercício. Em 31 de dezembro de 2016 o benefício foi de R\$ 33.727.

A administração da Companhia está destinando este incentivo, como Reserva de lucros – incentivos fiscais, que deverá ser aprovado na Assembleia Geral Ordinária. Os recursos promovidos pelo incentivo não são distribuídos como dividendos e serão totalmente incorporados ao capital, exigência contida nas normas da SUDENE, como condições de prestação de contas.

Imposto sobre circulação de mercadoria e serviços - ICMS

A Companhia possui incentivo fiscal no âmbito do Fundo de Desenvolvimento Industrial do Ceará – FDI concedido até agosto de 2023, correspondente a financiamento equivalente a 75% do ICMS devido, corrigido pela TJLP, e amortização com desconto de 99% após carência de 1 mês.

Adicionalmente, a Companhia é beneficiária de incentivos no âmbito do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Industrial do Rio Grande do Norte – PROADI, concedidos até maio de 2019, sob a forma de financiamentos equivalentes a 75% do valor do ICMS. Os financiamentos estão sujeitos a juros de 3% a.a. e a atualização monetária com base na variação da TR. A amortização das parcelas ocorrerá com desconto de 99% do valor atualizado, após carência de 2 meses.

Esses incentivos vêm sendo contabilizados em conta redutora da conta de despesas de ICMS por ocasião do pagamento que, no exercício findo em 31 de dezembro de 2017 foi de R\$ 63.907 (em 31 de dezembro de 2016 - R\$ 81.236).

Para operacionalização dos financiamentos, a Companhia mantém contrato firmado com o Bradesco S.A., no Estado do Ceará e a AGN – Agência de Fomento do Rio Grande do Norte S.A., no estado do Rio Grande do Norte, através de uma conta corrente mantida no Banco do Brasil S.A.

27.4 Ajuste de avaliação patrimonial

Custo atribuído do imobilizado

Conforme previsto no CPC 27 (Ativo imobilizado) e em atendimento às orientações contidas na Interpretação Técnica ICPC 10, a Companhia reconheceu o ajuste do valor justo do ativo imobilizado na data da adoção inicial dos CPCs (1^a de janeiro de 2009).

A contrapartida do referido ajuste, líquido de imposto de renda e contribuição social diferidos, foi reconhecida na conta “Ajuste de avaliação patrimonial”, no patrimônio líquido. Esta rubrica é realizada contra a conta de lucros acumulados na medida em que a depreciação do ajuste a valor justo do imobilizado é reconhecida no resultado da Companhia.

27.5 Outros resultados abrangentes – Ajuste e valor justo de investimentos

Referem-se aos ativos financeiros não derivativos mensurados ao valor justo mantido pela controlada Midway Financeira, conforme Nota 4.3.

28 Partes relacionadas

(i) Saldos

Ativo circulante

<u>Controladas</u>	<u>Títulos e valores mobiliários</u>		<u>Controladora</u> <u>Duplicatas</u>	
	<u>2017</u>	<u>2016</u>	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Lojas Riachuelo				
- Duplicatas	(a) -	-	257.175	355.809
Midway Financeira	(e) 130.696	10.197	-	-
	<u>130.696</u>	<u>10.197</u>	<u>257.175</u>	<u>355.809</u>

<u>Controladas</u>	<u>Controladora</u> <u>Contas a receber</u>	
	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Lojas Riachuelo		
- Aluguel e outros	(b) 1.562	2.527
- Distribuição de dividendos	(d) 72.943	-
Midway Shopping Center Ltda.	(d) 22.679	8.378
Transportadora Casa Verde Ltda.	-	7
	<u>97.184</u>	<u>10.912</u>

Passivo Circulante

<u>Controladas</u>	<u>Controladora</u>	
	<u>Contas a pagar</u>	
	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Transportadora Casa Verde Ltda. - Frete	964	1.089
	<u>964</u>	<u>1.089</u>

Passivo não circulante

	<u>Controladora e Consolidado</u>	
	<u>Passivo não Circulante</u>	
	<u>2017</u>	<u>2016</u>
<u>Mútuo - Acionista</u>		
Nevaldo Rocha - Presidente (c)	253.611	217.084
Total	<u>253.611</u>	<u>217.084</u>

Demonstramos a movimentação do Mútuo - Acionista a seguir:

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Saldo inicial	217.084	168.408
Captação	1.500	2.000
Amortização	(3.531)	(4.315)
Transferência de juros sobre capital próprio (*)	16.330	24.363
Juros	<u>22.228</u>	<u>26.628</u>
Saldo final	<u>253.611</u>	<u>217.084</u>

(*) O valor de R\$ 16.330 em 2017 (R\$ 24.363 em 2016) de juros sobre capital próprio foi transferido para partes relacionadas - contrato de mútuo.

(ii) Transações

<u>Controladas</u>		<u>Controladora</u>	
		<u>Receita</u>	
		<u>2017</u>	<u>2016</u>
Lojas Riachuelo - Vendas	(a)	1.038.473	1.283.302
Lojas Riachuelo - Aluguel, dividendos e outros	(b)	50.947	30.005
Midway Financeira	(e)	1.126	4.420
Transportadora Casa Verde Ltda. - Aluguel	(b)	<u>30</u>	<u>30</u>
		<u>1.090.576</u>	<u>1.317.757</u>

- (a) Refere-se a transações de vendas de produtos de vestuário. As vendas para as Lojas Riachuelo são realizadas com prazos de vencimentos entre 30 a 90 dias. Adicionalmente, no contexto de estrutura verticalizada do Grupo, todas as vendas da controladora são destinadas exclusivamente para as Lojas Riachuelo.
- (b) Corresponde aos rendimentos auferidos com locação de imóveis à controlada Lojas Riachuelo, os quais foram definidos valores fixos em contrato para os aluguéis de 39 imóveis destinados à operação de CRI em 2016, cujos valores são atualizados anualmente pelo IPCA. Os demais imóveis são calculados a razão de 3% sobre o faturamento mensal da respectiva loja. Já para os imóveis ocupados por outros setores, são cobrados aluguéis fixos.
- (c) Foram firmados contratos de empréstimos entre a Companhia e seu acionista majoritário, cujo saldo, em 31 de dezembro de 2017, montava em R\$ 253.611 (em 31 de dezembro de 2016 – R\$ 217.084) na controladora e no consolidado, com vencimentos para dezembro de 2020, e de remuneração correspondente a 99% da taxa do CDI.

- (d) Refere-se ao valor do lucro a distribuir da controlada Midway Shopping Center Ltda. e da Lojas Riachuelo.
- (e) Refere-se a títulos e valores mobiliários da Companhia mantidos com a controlada Midway Financeira.

(iii) Divulgação de remuneração aos administradores

Os diretores da Companhia recebem somente honorários mensais fixos, divulgados na demonstração do resultado, e não gozam de outras vantagens, a não ser, os que são acionistas que recebem dividendos na proporção de suas ações, na base autorizada na Assembleia de acionistas. Tais honorários estão destacados na demonstração de resultado na conta de honorários da Administração.

A remuneração dos diretores e membros da Administração reconhecida no resultado está apresentada abaixo, e não excederam o limite máximo aprovado na Assembleia realizada em 26 de abril de 2017:

<u>Remuneração</u>	<u>Controladora</u>	
	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Do Conselho de Administração	1.241	1.240
Da Diretoria	2.462	2.461
Do Conselho Fiscal	347	346
	<u>4.050</u>	<u>4.047</u>
<u>Remuneração</u>	<u>Consolidado</u>	
	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Do Conselho de Administração	1.241	1.240
Da Diretoria	11.170	11.335
Do Conselho Fiscal	347	346
	<u>12.758</u>	<u>12.921</u>

29 Obrigações de benefícios de aposentadoria

A partir de maio de 2017, os planos de previdência complementar que eram administrados pela Brasilprev Seguros e Previdência S.A. desde dezembro de 2011 passaram para a gestão da Bradesco Vida e Previdência, sem nenhum ônus aos seus colaboradores. Este benefício tem por finalidade principal propiciar aos seus participantes e aos seus beneficiários uma renda pecuniária de suplementação de aposentadoria e pensão, em conformidade com o estabelecido em contrato. O plano é de contribuição definida e é aberto para a participação de todos os funcionários, mediante desconto em folha de pagamento. Por ser um plano de contribuição definida, possíveis riscos atuariais (riscos de que os benefícios sejam inferiores ao esperado) e os riscos de investimento (risco de que os ativos investidos sejam insuficientes para cobrir os benefícios esperados) são assumidos pelos empregados e não pela Companhia, além de não possuir nenhum benefício pós-aposentadoria.

As contribuições efetuadas pela Companhia e suas controladas e pelos participantes estão apresentadas a seguir:

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>2017</u>	<u>2016</u>	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Contribuição da Companhia	703	761	9.350	8.907
Contribuições dos funcionários	667	623	9.634	9.186
	<u>1.370</u>	<u>1.384</u>	<u>18.984</u>	<u>18.093</u>

30 Receita

A reconciliação entre as vendas brutas e a receita líquida é como segue:

	Controladora	
	2017	2016
Receita operacional bruta		
Vendas no atacado	1.041.897	1.286.403
	1.041.897	1.286.403
Deduções da receita operacional bruta		
ICMS	(140.835)	(169.754)
ICMS – Incentivo fiscal	63.907	81.236
IPI	(8.184)	(7.449)
COFINS	(67.596)	(94.175)
PIS	(14.676)	(20.449)
INSS	(21.943)	(29.912)
Devoluções de vendas	(3.357)	(6.648)
	(192.684)	(247.151)
Receita	849.213	1.039.252

	Consolidado	
	2017	2016
Receita operacional bruta		
Vendas no atacado	3.424	3.102
Vendas no varejo	6.647.186	6.157.505
Operações de crédito	1.708.312	1.691.421
Locação de lojas	69.305	66.008
Serviços de transportes	8	5
	8.428.235	7.918.041
Deduções da receita operacional bruta		
ICMS	(1.083.417)	(1.046.361)
ICMS – Incentivo fiscal	63.907	81.236
COFINS	(435.205)	(476.195)
PIS	(90.778)	(99.705)
ISS	(14.447)	(12.213)
Devoluções de vendas	(329.301)	(320.294)
Outros	(94.335)	(122.859)
	(1.983.576)	(1.996.391)
Receita	6.444.659	5.921.650

31 Custo dos produtos vendidos, serviços prestados, despesas com vendas, gerais e administrativas

31.1 Custos dos produtos vendidos e serviços prestados

	Controladora	
	2017	2016
<u>Custo dos produtos vendidos e serviços prestados</u>		
Mercadoria para revenda	(53.159)	(44.100)
Matéria-prima	(349.511)	(347.725)
Pessoal	(251.998)	(238.325)
Depreciação e amortização	(15.715)	(18.190)
Outros custos	(81.725)	(75.527)
Total de custo dos produtos vendidos e serviços prestados	<u>(752.108)</u>	<u>(723.867)</u>
	Consolidado	
	2017	2016
<u>Custo dos produtos vendidos e serviços prestados</u>		
Mercadoria para revenda	(1.639.624)	(1.555.337)
Matéria-prima	(283.472)	(263.961)
Pessoal	(204.384)	(180.915)
Depreciação e amortização	(16.784)	(19.314)
Outros custos (a)	(194.144)	(327.898)
Total de custo dos produtos vendidos e serviços prestados	<u>(2.338.408)</u>	<u>(2.347.425)</u>

(a) A queda acentuada na linha de outros custos em 2017, foi provocada pela Midway Financeira, que passou a reconhecer como receitas os encargos efetivamente recebidos nas renegociações reduzindo os impostos e taxas incidentes sobre receitas.

31.2 Despesas com vendas

	Controladora	
	2017	2016
Despesas com pessoal	(1.317)	(1.477)
Serviços de terceiros	(7.878)	(8.661)
Provisão para crédito de liquidação duvidosa e perdas	(1.195)	-
Outras despesas	(416)	(387)
	<u>(10.806)</u>	<u>(10.525)</u>
	Consolidado	
	2017	2016
Despesas com pessoal (a)	(924.674)	(846.513)
Serviços de terceiros	(259.911)	(217.089)
Serviços públicos	(124.194)	(125.349)
Despesa com aluguéis e condomínio	(239.169)	(223.382)
Provisão para crédito de liquidação duvidosa e perdas	(643.569)	(630.767)
Depreciação e amortização	(213.122)	(201.467)
Outras despesas	(309.246)	(292.362)
	<u>(2.713.885)</u>	<u>(2.536.929)</u>

(a) No exercício findo em 31 de dezembro de 2017, controlada Lojas Riachuelo inaugurou 12 novos pontos de vendas, que somado as 6 lojas que foram inauguradas durante 2016 tiveram reconhecidas as despesas com o pessoal durante todo o exercício de 2017. Além da provisão para pagamento de participação nos lucros e resultados aos colaboradores.

31.3 Despesas gerais e administrativas

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Despesas com pessoal	(25.932)	(24.136)	(336.431)	(281.631)
Serviços de terceiros	(8.823)	(5.445)	(76.466)	(63.041)
Serviços públicos	(1.007)	(917)	(7.137)	(6.235)
Depreciação e amortização	(3.100)	(3.069)	(63.057)	(59.511)
Outras despesas	(18.444)	(13.347)	(282.661)	(274.730)
	<u>(57.306)</u>	<u>(46.914)</u>	<u>(765.752)</u>	<u>(685.148)</u>

32 Outras receitas operacionais, líquidas

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Aluguéis	50.977	46.957	-	-
Recuperação de tributos (*)	110.123	15.656	207.314	61.738
Depreciação e amortização	(6.046)	(6.053)	(6.046)	(6.053)
Juros e multas sobre provisão de riscos	-	-	(39.207)	(32.114)
Outros (**)	<u>(4.247)</u>	<u>(4.079)</u>	<u>112.707</u>	<u>40.835</u>
	<u>150.807</u>	<u>52.481</u>	<u>274.768</u>	<u>64.406</u>

(*) A Companhia no exercício de 2017, realizou reversão de provisão do ICMS na base de cálculo de PIS/COFINS no valor de R\$ 110.625 e em 2016 realizou trabalhos na recuperação de PIS/COFINS no valor de R\$ 1.324, INSS no montante de R\$ 11.841 e ICMS no valor de R\$ 2.491, totalizando R\$ 15.656 da rubrica Recuperação de tributos. No consolidado os valores recuperados de PIS e da COFINS no exercício de 2017 refere-se substancialmente às ações judiciais favoráveis à Controlada Lojas Riachuelo S.A. que transitaram em julgado no montante de R\$ 97.191 que acumulado com a da Controladora totaliza o valor de R\$ 207.314. No exercício findo de 31 de dezembro de 2016 as controladas Lojas Riachuelo e a Midway S.A. Crédito, Financiamento e Investimentos em 2016 realizaram trabalhos na recuperação de PIS/COFINS e INSS no valor de R\$ 15.461 e R\$ 30.621, respectivamente que somado a recuperação da Companhia de R\$ 15.656, totaliza R\$ 61.738.

(**) O principal valor é o estorno do montante de R\$ 81.767 oriundos de reavaliação de PIS/COFINS pela Administração e respaldada em parecer de assessores jurídicos.

33 Resultado financeiro líquido

	Controladora	
	2017	2016
<u>Receitas Financeiras</u>		
Rendimentos de títulos e valores mobiliários e aplicações financeiras	1.126	4.420
Juros ativos	6.650	15.611
Descontos obtidos	202	248
Variação cambial ativa	755	1.595
Outras receitas financeiras	15.820	16.833
	24.553	38.707
<u>Despesas Financeiras</u>		
Juros sobre financiamento	(36.891)	(35.606)
Juros passivos	(3.881)	(9.673)
Outras despesas financeiras	(1.033)	(1.720)
	(41.805)	(46.999)
Resultado financeiro líquido	(17.252)	(8.292)

	Consolidado	
	2017	2016
<u>Receitas Financeiras</u>		
Rendimentos aplicações financeiras	74.753	83.523
Juros ativos	7.295	16.214
Descontos obtidos	223	863
Variação cambial ativa	755	1.594
Ganhos Derivativos	23.681	96.803
Outras receitas financeiras	17.509	32.091
	124.216	231.088
<u>Despesas Financeiras</u>		
Juros sobre financiamento	(166.647)	(84.592)
Instrumentos financeiros	(18.826)	(154.482)
Juros passivos	(21.930)	(61.594)
Tarifas bancárias	(11.390)	(6.961)
Variação cambial passiva	(1.031)	(1.719)
Empréstimos e repasses	(5.203)	(33.114)
Outras despesas financeiras	(12.037)	(16.764)
	(237.064)	(359.226)
Resultado financeiro líquido	(112.848)	(128.138)

34 Lucro por ação

(a) Básico/diluído

O lucro básico/diluído por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas durante o exercício, excluindo as ações ordinárias compradas pela Companhia e mantidas como ações em tesouraria.

Demonstramos a reconciliação do lucro líquido do exercício com os valores usados para calcular o lucro líquido por ação:

	2017	2016
Numerador básico/diluído		
Alocação do lucro líquido do exercício para os acionistas	570.327	317.551
Denominador básico/diluído		
Lucro atribuído para ao acionista portadores de ações - ON	271.584	151.215
Lucro atribuído para ao acionista portadores de ações - PN	298.743	166.336
Ações disponíveis - mil	62.400	62.400
Lucro líquido básico/diluído por ação - R\$		
ON	8,70462	4,84663
PN	9,57509	5,33129

O lucro por ação diluído é igual ao básico, em virtude da inexistência de ações potenciais com efeito de diluição.

35 Arrendamento operacional – locação de lojas

Em 31 de dezembro de 2017, a controlada Midway Shopping Center Ltda. possuía 285 contratos de locação, sendo 284 com terceiros e 1 com a parte relacionada Lojas Riachuelo, os quais a Administração analisou e concluiu que se enquadram na classificação de arrendamento mercantil operacional. Os contratos de locação das lojas, em sua maioria, preveem receita de aluguel variável, incidente sobre as vendas, ou um valor mínimo atualizado anualmente por diversos índices representativos da inflação, com prazos de validade de cinco anos, sujeitos à renovação. Os contratos de aluguéis das áreas brutas locáveis (“ABL”) do Shopping Midway possuem valores fixados em contrato, com reajustes anuais, conforme variação dos principais índices de inflação.

O valor da locação dos imóveis é sempre o maior valor entre: (i) o equivalente a 3% e a 5% das vendas mensais brutas, realizadas pela loja; ou (ii) um valor mínimo mensal atualizado anualmente por diversos índices representativos da inflação. Os referidos contratos de locação possuem prazos de validade de cinco a quinze anos, sujeitos à renovação.

No exercício findo de 31 de dezembro de 2017, as receitas de aluguéis líquidas, totalizaram R\$ 70.148 (R\$ 66.717 em 31 de dezembro de 2016) no Midway Shopping Center Ltda. e R\$ 67.058 (R\$ 63.870 em 31 de dezembro de 2016) no consolidado.

A previsão das receitas futuras da controlada Midway Shopping Center Ltda., oriundos destes contratos, a valores de 31 de dezembro de 2017 totalizam um montante mínimo de R\$ 603.795 sendo:

Vencimento	Valor Nominal
2018	67.421
2019	69.578
2020	71.804
2021	74.102
2022	76.473
2023	78.920
2024	81.445
2025	84.052
Total	<u>603.795</u>

36 Compromissos, obrigações e direitos contratuais

(a) Entre partes relacionadas

A Lojas Riachuelo é locatária em 49 contratos de aluguel de imóveis (prédios e lojas) da Companhia, os quais foram definidos com base em valores fixos em contrato para os aluguéis de 39 imóveis destinados à operação de CRI realizada em 2016. Os demais imóveis são calculados a razão de 3% sobre o faturamento mensal da respectiva loja. Já para os imóveis ocupados pela Administração, Call Center e Centro Logístico são cobrados aluguéis fixos. Os valores negociados estão de acordo com o mercado.

(b) Com terceiros

A Companhia e a controlada Lojas Riachuelo possuem compromissos, obrigações e os direitos contratuais, dados ou recebidos, não registrados no balanço em 31 de dezembro de 2017 são como segue:

Controladora

Compromisso e/ou obrigação

Seguro garantia concedido por bancos como garantia em processos judiciais e financiamentos	278.225
--	---------

Controlada - Lojas Riachuelo

Compromisso e/ou obrigação

Seguro garantia concedido por bancos como garantia em processos judiciais e financiamentos	41.143
--	--------

Carta de fiança concedida por bancos como garantia em processos judiciais e financiamentos	152.885
--	---------

<u>472.253</u>

(c) Arrendamento operacional – Locação de lojas

Em 31 de dezembro de 2017, a controlada Lojas Riachuelo possuía 302 (291 em 31 de dezembro de 2016) contratos de locação de lojas firmados com terceiros ou com a sua controladora Guararapes, para os quais a Administração analisou e concluiu que se enquadram na classificação de arrendamento mercantil operacional. Os contratos de locação das lojas, em sua maioria, preveem uma despesa de aluguel variável, incidente sobre as vendas, ou um valor mínimo atualizado anualmente por diversos índices representativos da inflação, com prazos de validade de dez anos, sujeitos à renovação. Os contratos de aluguel das áreas de Logística e Administrativa da Companhia possuem valores fixados em contrato, com reajustes anuais, conforme variação dos principais índices de inflação.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2017, as despesas de aluguéis, líquidas dos impostos a recuperar pagos a terceiros, totalizaram R\$ 237.394 (R\$ 221.424 em 2016). O saldo da rubrica "Arrendamento operacional - locação de lojas", relacionado a aluguéis de terceiros, é de R\$ 13.576 (R\$ 12.708 em 2016).

Os compromissos futuros, oriundos desses contratos com terceiros, a valores de 31 de dezembro de 2017, totalizam um montante mínimo de R\$ 1.515.289, sendo:

<u>Vencimento</u>	<u>Valor</u>
2018	278.394
2019	254.794
2020	230.676
2021	209.352
2022	185.606
2023	157.311
2024	90.139
2025 a 2028	109.017
	<u>1.515.289</u>

37 Cobertura de seguros

A Controladora mantém a política de não contratar seguros contra incêndios para parte substancial dos seus ativos. Essa política leva em consideração os seguintes aspectos:

(a) Parque fabril distribuído em cinco fábricas segregadas fisicamente;

- (b) Imóveis comerciais e os estoques de produtos estão segregados fisicamente;
- (c) Sistemas de processamento de dados protegidos por “backup”;
- (d) Todas as instalações possuem aparelhamento específico para combate imediato a eventuais incêndios;
- (e) Em aproximadamente 50 anos de existência da Controladora, não há históricos de incêndios que tenham trazido perdas relevantes.

A controlada Lojas Riachuelo possui seguros contra incêndio para os três Centros de Distribuição (São Paulo, Natal e Manaus), com cobertura para as instalações, os equipamentos e as mercadorias.

Para as lojas, é mantida a política de não contratar seguro contra incêndio, levando em consideração o aspecto dos imóveis comerciais (grande maioria localizada em shopping centers) e correspondentes estoques de produtos segregados fisicamente. Não há histórico de incêndios que tenham trazido perdas relevantes.

Para o Shopping Midway, o Grupo possui cobertura específica de acordo com a característica da operação.

Os valores contratados são baseados em opinião dos consultores de seguros, para fazer face aos riscos envolvidos.

Em 31 de dezembro de 2017, o Grupo apresentava as seguintes principais apólices de seguro contratadas com terceiros, não auditadas:

Bens segurados	Riscos cobertos	Montante da cobertura
Patrimônio (CD's)	Incêndio/raio/explosão/danos elétricos/ venda a fumaça/lucros cessantes	613.737
Midway Shopping	Incêndio/raio/explosão/danos elétricos/ venda a fumaça/tumultos/lucros cessantes	213.289
Aeronave	Queda/Casco/Responsabilidade Civil	231.560

Adicionalmente, a Companhia mantém apólices específicas para responsabilidade civil.

38 Informações adicionais aos fluxos de caixa

A Administração da Companhia define como “caixa e equivalentes de caixa” valores mantidos com a finalidade de atender a compromissos de curto prazo e não para investimento ou outros fins. As aplicações financeiras possuem características de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e não estão sujeitas a risco de mudança significativa de valor. Os saldos que compõem esta conta estão representados conforme Nota 10. No exercício findo em 31 de dezembro de 2017, houve movimentações patrimoniais que não afetaram os fluxos de caixa da Companhia e suas controladas, como segue:

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Juros sobre capital próprio propostos	16.330	24.363	16.330	24.363

39 Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

39.1 Consolidação

As seguintes políticas contábeis são aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas.

(a) Controladas

Controladas são todas as entidades (incluindo as entidades estruturadas) nas quais o Grupo detém o controle. As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para o Grupo. A consolidação é interrompida a partir da data em que o Grupo deixa de ter o controle.

Os ativos identificáveis adquiridos e os passivos e passivos contingentes assumidos para a aquisição de controladas em uma combinação de negócios são mensurados inicialmente pelos valores justos na data da aquisição. O Grupo reconhece a participação não controladora na adquirida, tanto pelo seu valor justo como pela parcela proporcional da participação não controlada no valor justo de ativos líquidos da adquirida. A mensuração da participação não controladora é determinada em cada aquisição realizada. Custos relacionados com aquisição são contabilizados no resultado do exercício conforme incorridos.

Transações, saldos e ganhos não realizados em transações entre empresas do Grupo são eliminados. Os prejuízos não realizados também são eliminados a menos que a operação forneça evidências de uma perda (*impairment*) do ativo transferido. As políticas contábeis das controladas são alteradas, quando necessário, para assegurar a consistência com as políticas adotadas pelo Grupo.

(b) Transações com participações de não controladores

O Grupo trata as transações com participações de não controladores como transações com proprietários de ativos do Grupo. Para as compras de participações de não controladores, a diferença entre qualquer contraprestação paga e a parcela adquirida do valor contábil dos ativos líquidos da controlada é registrada no patrimônio líquido. Os ganhos ou perdas sobre alienações para participações de não controladores também são registrados diretamente no patrimônio líquido, na conta "Ajustes de avaliação patrimonial".

(c) Perda de controle em controladas

Quando o Grupo deixa de ter controle, qualquer participação retida na entidade é remensurada ao seu valor justo, sendo a mudança no valor contábil reconhecida no resultado. Os valores reconhecidos previamente em outros resultados abrangentes são reclassificados para o resultado.

39.2 Conversão de moeda estrangeira

(a) Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras de cada uma das empresas do Grupo são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a empresa atua ("moeda funcional") que é o Real (R\$).

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas em R\$, que é a moeda funcional da Companhia e, também, a moeda de apresentação do Grupo.

(b) Transações e saldos em moeda estrangeira

As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou nas datas da avaliação, quando os itens são mensurados.

Os ganhos e as perdas cambiais relacionados com fornecedores são apresentados na demonstração do resultado como receita ou despesa financeira.

39.3 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o fundo fixo de caixa, recursos em contas bancárias de livre movimentação e aplicações financeiras cujos saldos não diferem significativamente dos valores de mercado, com até 90 dias da data da aplicação ou consideradas de liquidez imediatas ou conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, os quais são registrados pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

39.4 Ativos financeiros

39.4.1 Classificação

O Grupo classifica seus ativos financeiros, no reconhecimento inicial, sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. Os derivativos também são classificados a valor justo por meio do resultado.

Os ativos financeiros são apresentados como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço.

(a) Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação. Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda no curto prazo. Os ativos dessa categoria são classificados como ativos circulantes.

A Companhia e suas controladas não possuem instrumentos financeiros classificados nesta categoria.

(b) Empréstimos e recebíveis

Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São apresentados como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os empréstimos e recebíveis do Grupo compreendem "Contas a receber de clientes" e "Caixa e equivalentes de caixa" (Notas 13 e 10).

39.4.2 Reconhecimento e mensuração

Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo por meio do resultado. As compras e as vendas de ativos financeiros são normalmente reconhecidas na data da negociação. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que o Grupo tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios de propriedade. Os ativos financeiros disponíveis para venda e os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são, subsequentemente, contabilizados pelo valor justo. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são apresentados na demonstração do resultado em "Outras receitas operacionais líquidas" no período em que ocorrem.

Quando os títulos classificados como disponíveis para venda são vendidos ou sofrem perda (*impairment*), os ajustes acumulados do valor justo, reconhecidos no patrimônio, são incluídos na demonstração do resultado como "Receitas e despesas financeiras".

Os juros de títulos disponíveis para venda, calculados pelo método da taxa efetiva de juros, são reconhecidos na demonstração do resultado como parte de outras receitas.

39.4.3 Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

O direito legal não deve ser contingente em eventos futuros e deve ser aplicável no curso normal dos negócios e no caso de inadimplência, insolvência ou falência da empresa ou da contraparte.

39.4.4 *Impairment* de ativos financeiros

(a) Ativos mensurados ao custo amortizado

O Grupo avalia na data de cada balanço se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e as perdas por *impairment* são incorridas somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.

O montante da perda por *impairment* é mensurado como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado. Se um empréstimo ou investimento mantido até o vencimento tiver uma taxa de juros variável, a taxa de desconto para medir uma perda por *impairment* é a atual taxa efetiva de juros determinada de acordo com o contrato. Como um expediente prático, o Grupo pode mensurar o *impairment* com base no valor justo de um instrumento utilizando um preço de mercado observável.

Se, num período subsequente, o valor da perda por *impairment* diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o *impairment* ser reconhecido (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão dessa perda reconhecida anteriormente será reconhecida na demonstração do resultado.

(b) Ativos classificados como disponíveis para venda

O Grupo avalia na data de cada balanço se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros está deteriorado. Para os títulos de dívida, o Grupo usa os critérios mencionados em (a) anterior. No caso de investimentos em títulos patrimoniais classificados como disponíveis para venda, uma queda relevante ou prolongada no valor justo do título abaixo de seu custo também é uma evidência de que o ativo está deteriorado. Se qualquer evidência desse tipo existir para ativos financeiros disponíveis para venda, o prejuízo cumulativo - medido como a diferença entre o custo de aquisição e o valor justo atual, menos qualquer perda por *impairment* sobre o ativo financeiro reconhecido anteriormente no resultado - será retirado do patrimônio e reconhecido na demonstração do resultado.

Perdas por *impairment* de instrumentos patrimoniais reconhecidas na demonstração do resultado não são revertidas por meio da demonstração do resultado.

No caso de instrumentos de dívida, se, em um período subsequente, o valor justo desse instrumento classificado como disponível para venda aumentar, e o aumento puder ser objetivamente relacionado a um evento que ocorreu após a perda por *impairment* ter sido reconhecido no resultado, a perda por *impairment* é revertida por meio de demonstração do resultado.

(c) Instrumentos financeiros derivativos

Inicialmente, os derivativos são reconhecidos pelo valor justo na data em que um contrato de derivativos é celebrado e são, subsequentemente, remensurados ao seu valor justo por meio do resultado ao final de cada período.

Os instrumentos derivativos não se qualificam para a contabilização de *hedge*. As variações no valor justo de qualquer um desses instrumentos derivativos são reconhecidas imediatamente na demonstração do resultado em "Resultado financeiro".

39.5 Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de cartão de crédito (Riachuelo e de terceiros) e de empréstimos pessoal no curso normal das atividades do Grupo. Na Controladora, referem-se substancialmente a valores a receber da controlada Lojas Riachuelo. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos a provisão para créditos de liquidação duvidosa ("PCLD" ou *impairment*).

No caso da Lojas Riachuelo, as contas a receber de cartões de crédito (cartão Riachuelo e cartão de terceiros) e empréstimo pessoal são registrados com base nos valores nominais e ajustados a valor presente quando a administração julgar que esses ajustes apresentam um efeito relevante nas demonstrações financeiras, uma vez que as transações são de curto prazo.

No caso da Midway Financeira, as operações vencidas após 60 dias têm seus rendimentos registrados na conta "Contas a receber", e a transferência desta para o resultado ocorrerá somente quando do efetivo recebimento dos valores vencidos.

Para os saldos dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, não existe diferenças relevantes entre o saldo contábil das contas a receber de clientes e o seu valor justo, uma vez que em sua maioria, o saldo de contas a receber de clientes refere-se à Midway Financeira, cujos saldos estão reconhecidos pelo valor justo.

(a) **Provisão para créditos de liquidação duvidosa**

Na avaliação da provisão, são utilizadas bases históricas de inadimplência, prazos de recebimento e volumes de perdas incorridas, ajustadas conforme o julgamento da administração, quando as condições atuais de economia indiquem que perdas reais sejam superiores ou inferiores àquelas sugeridas pela base histórica. As proporções de inadimplência e de perdas e os prazos estimados para recuperações futuras são regularmente analisados com os resultados reais a fim de confirmar a sua aderência. As perdas são reconhecidas no resultado.

39.6 Estoques

Os estoques são demonstrados ao custo ou ao valor líquido de realização, dos dois, o menor. O método de avaliação dos estoques é o da média ponderada móvel. O custo dos produtos acabados e dos produtos em elaboração compreende os custos das fichas técnicas dos produtos tais como, matérias-primas, mão de obra direta, outros custos diretos e as respectivas despesas diretas de produção (com base na capacidade operacional normal), excluindo os custos de empréstimos. O valor líquido de realização é o preço de venda estimado no curso normal dos negócios, menos os custos estimados de conclusão e os custos estimados necessários para efetuar a venda.

A Administração espera que os estoques de matéria-prima e produtos acabados sejam recuperados em um período inferior a 12 meses. Os estoques de materiais de manutenção são classificados nos ativos circulantes ou não circulantes, considerando o histórico do consumo.

Quando necessário, os estoques são deduzidos de provisão para perdas, constituída em casos de desvalorização, obsolescência de produtos e perdas de inventário físico.

Na controlada Lojas Riachuelo os estoques, incluindo os itens de almoxarifado e embalagens, são avaliados ao custo médio de aquisição ou importação, mensurados pelo menor valor entre o custo e do mercado, ajustado quando necessário por provisão para perda.

39.7 Propriedade para investimento

A Companhia é controladora do Midway Shopping Center Ltda., empreendimento mantido para fins de renda de aluguel de longo prazo. O imóvel é da controlada e está demonstrado ao custo de aquisição ou construção, deduzido da depreciação acumulada, calculada pelo método linear, pelas vidas úteis estimadas mencionadas na Nota 16.

39.8 Imobilizado

Terrenos e edificações compreendem, principalmente, fábricas, pontos de varejo e escritórios. O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. Esse custo foi ajustado para refletir o custo atribuído de terrenos, edificações, instalações e maquinário na data de transição para IFRS/CPCs, como mencionado na Nota 17. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens e também pode incluir transferências do patrimônio de quaisquer ganhos/perdas de fluxo de caixa qualificados como referentes à compra de imobilizado em moeda estrangeira, se houver. O custo histórico também inclui os de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificados.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados a esses custos e que possam ser mensurados com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

Os terrenos não são depreciados. A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear considerando os seus custos e seus valores residuais durante a vida útil estimada, como segue:

	Anos
Edificações	25-47
Instalações	20
Máquinas	5-17
Benfeitorias	10
Veículos e transportes	3-5
Móveis, utensílios e equipamentos	5-10
Propriedade para investimentos	40

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado ao seu valor recuperável, quando o valor contábil do ativo é maior do que seu valor recuperável estimado.

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o seu valor contábil e são reconhecidos em "Outras receitas operacionais líquidas" na demonstração do resultado.

39.9 Ativos intangíveis

(a) Marcas registradas e licenças

As marcas registradas e as licenças adquiridas separadamente são demonstradas, inicialmente, pelo custo histórico. As marcas registradas e as licenças adquiridas em uma combinação de negócios são reconhecidas pelo valor justo na data da aquisição.

(b) Pontos Comerciais

Os pontos comerciais, da Lojas Riachuelo, adquiridos separadamente são demonstrados, inicialmente, pelo custo histórico, na data da aquisição. Posteriormente, os pontos comerciais, avaliados com os prazos dos contratos de locação definidos, são contabilizados pelo seu valor de custo menos a amortização acumulada. A amortização é calculada pelo método linear para alocar o custo dos pontos comerciais registrados durante sua vida útil estimada de seis a dez anos.

(c) Softwares

As licenças de *softwares* são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os *softwares* e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados durante a vida útil estimada de três a cinco anos.

Os custos associados à manutenção de *softwares* são reconhecidos como despesa, conforme incorridos.

Os custos de desenvolvimento que são diretamente atribuíveis ao projeto e aos testes de produtos de *software* identificáveis e exclusivos, controlados pelo Grupo, são reconhecidos como ativos intangíveis quando os seguintes critérios são atendidos:

- É tecnicamente viável concluir o *software* para que ele esteja disponível para uso.
- A administração pretende concluir o *software* e usá-lo ou vendê-lo.

- . O *software* pode ser vendido ou usado.
- . Pode-se demonstrar que é provável que o *software* gerará benefícios econômicos futuros.
- . Estão disponíveis adequados recursos técnicos, financeiros e outros recursos para concluir o desenvolvimento e para usar ou vender o *software*.
- . O gasto atribuível ao *software* durante seu desenvolvimento pode ser mensurado com segurança.

Os custos diretamente atribuíveis, que são capitalizados como parte do produto de *software*, incluem os custos com empregados alocados no desenvolvimento de *softwares* e uma parcela adequada das despesas indiretas aplicáveis. Os custos também incluem os de financiamento incorridos durante o período de desenvolvimento do *software*.

Outros gastos de desenvolvimento que não atendam a esses critérios são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento previamente reconhecidos como despesa não são reconhecidos como ativo em período subsequente.

Os custos de desenvolvimento de *softwares* reconhecidos como ativos são amortizados durante sua vida útil estimada, não superior a cinco anos.

39.10 Impairment de ativos não financeiros

Os bens do imobilizado, intangível e outros ativos não circulantes que têm uma vida útil indefinida, como os ágios não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente para identificar eventual necessidade de redução ao valor recuperável (*impairment*). As revisões de *impairment* do ágio são realizadas anualmente ou com maior frequência se eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem um possível *impairment*.

Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de alienação e o seu valor em uso.

Os ativos não financeiros, exceto o ágio, que tenham sido ajustados por *impairment*, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data do balanço. *Impairment* de ágio reconhecido no resultado do exercício não é revertido.

Nas demais empresas e na Companhia não foram identificadas evidências de perdas não recuperáveis em 2017.

39.11 Fornecedores

O saldo de fornecedores refere-se a obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Para os saldos dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017, e de 2016, não existe diferenças relevantes entre o saldo contábil de fornecedores e o seu valor justo.

39.12 Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos e financiamentos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

O Grupo não possui instrumentos financeiros compostos de passivo financeiro (dívida) e de patrimônio líquido, que compreende a emissão de títulos que podem ser convertidos em capital social à opção do titular.

Os empréstimos e financiamentos são classificados como passivo circulante, a menos que o Grupo tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

Os custos de empréstimos e financiamentos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos de empréstimos e financiamentos são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos.

39.13 Provisões para riscos trabalhistas e tributárias

As provisões para despesas e ações judiciais (trabalhista, cível e tributária) são reconhecidas quando:

- (i) O Grupo tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos já ocorridos;
- (ii) Seja provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e
- (iii) O valor puder ser estimado com segurança.

As provisões não incluem as perdas operacionais futuras.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos efeitos tributários, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

39.14 Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

As despesas de imposto de renda e contribuição social do exercício compreendem os impostos correntes e diferidos. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

O encargo de imposto de renda e a contribuição social corrente e diferido é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pelo Grupo nas apurações de impostos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações; e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

O imposto de renda e a contribuição social corrente são apresentados líquidos, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do relatório.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativo são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. Entretanto, o imposto de renda e a contribuição social diferidos não são contabilizados se resultar do reconhecimento inicial de um ativo ou passivo em uma operação que não seja uma combinação de negócios, a qual, na época da transação, não afeta o resultado contábil, nem o lucro tributável (prejuízo fiscal).

O imposto de renda e a contribuição social diferidos registrados no ativo são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas.

Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são apresentados pelo líquido no balanço quando há o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes, em geral relacionado com a mesma entidade legal e mesma autoridade fiscal. Dessa forma, impostos diferidos ativos e passivos em diferentes entidades, em geral são apresentados em separado, e não pelo líquido.

39.15 Ajustes a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos de longo prazo, e quando relevantes os de curto prazo, devem ser ajustados ao valor presente. Após a avaliação do valor apurado do ajuste a valor presente, a administração da Companhia concluiu que os impactos no resultado do exercício da apuração do ajuste a valor presente de elementos do ativo e do passivo não são relevantes em relação às demonstrações financeiras analisadas em conjunto e decidiu não registrar contabilmente tal ajuste.

39.16 Benefícios a empregados

(a) Obrigações de benefícios de aposentadoria

O Grupo possui plano de contribuição definida, que consiste nas contribuições fixas a uma entidade separada e não tem obrigações legais nem construtivas de fazer contribuições se o fundo não tiver ativos suficientes para pagar a todos os empregados os benefícios relacionados com o serviço do empregado no período corrente e anterior.

O Grupo faz contribuições para o plano de previdência da Bradesco Vida e Previdência de forma obrigatória, contratual ou voluntária. O Grupo não tem nenhuma obrigação adicional de pagamento depois que a contribuição é efetuada. As contribuições são reconhecidas como despesa de benefícios a empregados, quando devidas.

(b) Participação nos lucros e bônus

O reconhecimento dessa participação é usualmente efetuado no decorrer do exercício e ajustado no encerramento anual, momento em que o valor pode ser mensurado de maneira confiável pela Companhia.

39.17 Reconhecimento da receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades do Grupo. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos, bem como das eliminações das vendas entre empresas do Grupo.

O Grupo reconhece a receita quando o seu valor for mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades do Grupo, conforme descrição a seguir. O Grupo baseia-se nas suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada venda.

Os critérios utilizados pelo Grupo no reconhecimento da receita de venda de produtos quando as seguintes condições forem satisfeitas:

- A Companhia transferiu ao comprador os riscos e benefícios significativos relacionados à propriedade dos produtos;
- A Companhia não mantém envolvimento continuado na gestão dos produtos vendidos em grau normalmente associado à propriedade nem controle efetivo sobre tais produtos;
- O valor da receita pode ser mensurado com confiabilidade;
- É provável que os benefícios econômicos associados à transação fluirão para a Companhia; e
- Os custos incorridos ou a serem incorridos relacionados à transação podem ser mensurados com confiabilidade.

No caso da controlada indireta Midway Financeira, as receitas e as despesas das operações estão registradas de acordo com o regime de competência. O registro das operações com taxas prefixadas ocorre pelo valor de resgate e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro estão apresentadas em contas redutoras dos respectivos ativos e passivos, enquanto o registro das receitas e despesas de natureza

financeira ocorre pelo critério *pro rata* dia. As receitas com serviços prestados são diferidas e reconhecidas somente no período de sua competência.

(a) Receita financeira

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método da taxa efetiva de juros. Quando uma perda (*impairment*) é identificada em relação a um conta a receber, o Grupo reduz o valor contábil para seu valor recuperável, que corresponde ao fluxo de caixa futuro estimado, descontado à taxa efetiva de juros original do instrumento. Subsequentemente, à medida que o tempo passa, os juros são incorporados às contas a receber, em contrapartida de receita financeira. Essa receita financeira é calculada pela mesma taxa efetiva de juros utilizada para apurar o valor recuperável, ou seja, a taxa original do instrumento.

39.18 Distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio

A distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras do Grupo ao final do exercício, com base no estatuto social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas, em Assembleia Geral/Conselho de Administração.

O benefício fiscal dos juros sobre o capital próprio é reconhecido na demonstração de resultado.

39.19 Arredondamento de valores

Todos os valores divulgados nas demonstrações financeiras e notas foram arredondados com a aproximação de milhares de reais, salvo indicação contrária.

39.20 Norma nova, alteração e interpretação de norma que ainda não está em vigor

As seguintes novas normas foram emitidas pelo IASB mas não estão em vigor para o exercício de 2017. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC).

• **IFRS 9 (CPC 48)** - "Instrumentos Financeiros" aborda a classificação, a mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos financeiros. A versão completa do IFRS 9 foi publicada em julho de 2014, com vigência para 1º de janeiro de 2018. Ele substitui a orientação no IAS 39 (CPC 48), tendo como principais alterações: (i) novos critérios classificação de ativos financeiros; (ii) novo modelo de *impairment* para ativos financeiros, híbrido de perdas esperadas e incorridas, em substituição ao modelo atual de perdas incorridas; e (iii) flexibilização das exigências para adoção da contabilidade de *hedge*.

• **IFRS 15 (CPC 47)** - "Receita de Contratos com Clientes" - Essa nova norma traz os princípios que uma entidade aplicará para determinar a mensuração da receita e quando ela é reconhecida. Ela entra em vigor em 1º de janeiro de 2018 e substitui a IAS 11 - "Contratos de Construção", IAS 18 - "Receitas" e correspondentes interpretações.

A Companhia já realizou um diagnóstico dos principais impactos destas normas e para suas operações e de suas Controladas direta e indireta, que não indicou mudanças relevantes, entretanto, já está preparando os controles necessários para apresentação da mudança frente ao ano corrente assim como levantamento com dados comparativos de 2017.

• **IFRS 16** - "Operações de Arrendamento Mercantil" - com essa nova norma, os arrendatários passam a ter que reconhecer o passivo dos pagamentos futuros e o direito de uso do ativo arrendado para praticamente todos os contratos de arrendamento mercantil, incluindo os operacionais, podendo ficar fora do escopo dessa nova norma determinados contratos de curto prazo ou de pequenos montantes. Os critérios de reconhecimento e mensuração dos arrendamentos nas demonstrações financeiras dos arrendadores ficam substancialmente mantidos. O IFRS 16 entra em vigor para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2019 e substitui o IAS 17 - "Operações de Arrendamento Mercantil" e correspondentes interpretações.

Devido à relevância do assunto abordado acima e considerando os impactos para o seu negócio, a Companhia já iniciou os estudos para implantação da nova norma, incluindo o mapeamento dos

processos e implantação de controles internos.

Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre o Grupo.

40 Eventos Subsequentes:

a) Empréstimos em capital de giro

Em 09 de fevereiro de 2018 a controlada Midway Financeira contraiu o empréstimo no valor de R\$ 100 milhões com vencimento em 10 de maio de 2018, com atualização 109% do CDI para reforçar o capital de giro do Grupo.